



## 04 DE OUTUBRO DE 2018 Quinta-feira

- ABERTURA DE EMPRESAS CRESCE 173% EM CURITIBA EM 2018
- GOVERNO ANUNCIA PRIMEIRAS 10 'FÁBRICAS DO FUTURO' DO PAÍS
- INDÚSTRIA DE ALUMÍNIO PEDE A PRESIDENCIÁVEIS SIMPLIFICAÇÃO DE LICENÇAS
- ENTRADA DE EMPRESAS NO PAÍS CAI PELO 7º ANO CONSECUTIVO, DIZ IBGE
- "BANCADA EMPRESARIAL ESTÁ ENTRE AS MAIS INFLUENTES DO CONGRESSO
- SETOR DE TECNOLOGIA DEVE CONCENTRAR EMPRESAS BRASILEIRAS EM BOLSAS DOS EUA
- FATURAMENTO DO SETOR ATACADISTA CRESCE 4,94% EM AGOSTO, DIZ ABAD
- COM TECNOLOGIA, EXPORTAÇÃO BRASILEIRA CRESCERIA ACIMA DA MÉDIA MUNDIAL, DIZ OMC
- CRISE FISCAL DO GOVERNO BARRA MEDIDAS PRÓ-INOVAÇÃO QUE MELHORARIAM ECONOMIA
- PROCURADORIA ACUSA DONO DA HAVAN DE PROPAGANDA IRREGULAR A FAVOR DE BOLSONARO
- JUSTIÇA DO TRABALHO PROÍBE DONO DA HAVAN DE INFLUENCIAR VOTO DE FUNCIONÁRIOS
- APESAR DE QUADRO TURBULENTO, APORTES REVELAM MAIS ESTABILIDADE NO BRASIL
- 'BRASIL VAI SOFRER BULLYING DE TRUMP', DIZ AMERICANO JAMES BACCHUS
- BRASILEIRO QUER USAR CRÍTICA PARA CONTER BARREIRAS
- DURANTE FÓRUM DA OMC, CNI DISCUTE ACESSO DO BRASIL A MERCADOS EXTERNOS
- RISCOS PARA A ESTABILIDADE DO SISTEMA FINANCEIRO PERMANECEM BAIXOS, DIZ BC
- GUARDIA DEFENDE SOLUÇÃO PARA CRISE FISCAL EM ALMOÇO COM MINISTROS DO STF
- BOVESPA CAI MAIS DE 1% APÓS FORTES ALTAS NOS ÚLTIMOS PREGÕES
- RECEITA COM ICMS CRESCE 3,6% ACIMA DA INFLAÇÃO NO PRIMEIRO SEMESTRE

- RECEITA FEDERAL IRÁ NOTIFICAR CONTRIBUINTE SOBRE DIRPF
- ÍNDICE DE PREÇOS DE ALIMENTOS DA FAO CAI 1,4% EM SETEMBRO ANTE AGOSTO
- ENTRADA DE DÓLAR SUPERA SAÍDA EM US\$ 18,040 BI NO ANO ATÉ SETEMBRO, DIZ BC
- VEJA AS MEDIDAS QUE ELEVAM A CONTA DE LUZ
- HONDA SE UNE A GM E CRUISE PARA DESENVOLVER VEÍCULOS AUTÔNOMOS
- "POR QUE A CNH INDUSTRIAL ESTÁ APOSTANDO NO MOTOR HÍBRIDO ELÉTRICO COM GÁS
- JIPINHO T-CROSS, DA VOLKSWAGEN, PASSA POR SEU PRIMEIRO TESTE NO BRASIL
- PREÇO MÉDIO DA GASOLINA NAS REFINARIAS É MANTIDO EM R\$ 2,2159 NESTA SEXTA-FEIRA
- ASTON MARTIN É AVALIADA EM US\$ 5,6 BILHÕES AO ENTRAR NA BOLSA
- VOLKSWAGEN MOSTRA T-CROSS EM TESTES NO BRASIL
- FENABRAVE REFAZ PROJEÇÕES E PREVÊ VENDAS DE VEÍCULOS AINDA MAIORES EM 2018
- ARTEB VÊ AUMENTO CRESCENTE DO USO DE LED NO BRASIL
- RENAULT MOSTRA KWID 100% ELÉTRICO EM PARIS
- CRISE ARGENTINA AFETA EXPORTAÇÕES DE VEÍCULOS E PRODUÇÃO BRASILEIRA DESPENCA EM SETEMBRO

<b>CÂMBIO EM 04/10/2018</b>		
	<b>Compra</b>	<b>Venda</b>
<b>Dólar</b>	3,921	3,921
<b>Euro</b>	4,511	4,512

**Fonte: BACEN**

## Abertura de empresas cresce 173% em Curitiba em 2018

04/10/2018 – Fonte: Bem Paraná (publicado em 03-10-2018)



A economia curitibana e paranaense vive um momento de reaquecimento. Pelo menos é isso o que indica o relatório estatístico da Junta Comercial do Paraná (Jucepar), o qual aponta que entre janeiro e agosto deste ano a Capital registrou um crescimento de 173,13% na constituição de novas empresas e filiais, registrando o melhor resultado dos últimos cinco anos e também o melhor saldo entre constituições e extinções desde 2015.

De acordo com a Jucepar, nos primeiros oito meses deste ano foram constituídas 9.991 empresas no município, com uma média de 41 empresas criadas por dia (em 2017, haviam sido criadas 3.658 empresas no mesmo período).

Por outro lado, o número de extinções também teve um crescimento considerável, de 185,6%, com 6.800 empresas fechando suas portas. Ainda assim, o saldo entre empresas novas e empresas extintas ficou positivo em 3.191, o melhor resultado para o período desde 2015.

Já se considerado os resultados para o Paraná como um todo, a boa notícia é que enquanto o número de empresas constituídas subiu, o de extinções teve queda. Entre janeiro e agosto, foram criadas 31.578 novos empreendimentos – alta de 6,64% na comparação com 2017.

Já o número de empresas extintas caiu 2,77%, com 28.642 empreendimentos fechando suas portas. O saldo positivo de 2.936 empresas novas no mercado é o melhor para o período desde 2016 – embora ainda fique distante dos resultados de 2015 e 2014, quando o saldo de empresas criadas ficou positivo em 32 mil.

Ardissom Naim Akel, presidente da Jucepar, destaca que os resultados apontam, especialmente no caso curitibano, para um novo ciclo de otimismo. “A cidade está mais arrumada, algumas iniciativas de incentivo estão acontecendo, no Governo do Estado também há um clima mais favorável ao empreendedorismo”, aponta.

Ainda segundo ele, por conta da crise econômica muitos brasileiros acabaram perdendo o emprego e encontraram no empreendedorismo uma saída para o desemprego.

“A pessoa começa a ver um jeito de ganhar a vida sem ser empregado e aí resolve fazer um negócio por conta própria. O setor de alimentação, por exemplo, é dos que mais tem crescido”, comenta Akel. Fechamento do mercado financeiro.

### De empregado a empreendedor

Entre as novas empresas de Curitiba, uma das mais recentes é a pizzaria Old Times, localizada no Bairro Alto e inaugurada na última segunda-feira. A proposta do estabelecimento é curiosa: inspirado nas pizzas de R\$ 10 que fazem sucesso em São Paulo, eles irão vender pizzas em tamanho único, grande, cobrando R\$ 17,90 (o valor é mais alto porque a qualidade do produto também é maior do que aquela vendida no estado vizinho). Para facilitar a produção e controle dos alimentos, serão apenas 10 sabores.

Diego Meskau, de 29 anos, é um dos sócios da empresa. Por oito anos ele trabalhou em uma rede de fast food, onde acumulou a experiência necessária para agora empreender. “Se fizer um produto de qualidade, atendendo os clientes com respeito e dedicação, o resultado é garantido. Essa é a fórmula do sucesso”, afirma.

Para abrir o negócio, ele e outros dois colegas investiram cerca de R\$ 50 mil. Como compraram alguns equipamentos usados e consertaram outros, economizaram aproximadamente R\$ 30 mil.

A expectativa, agora, é recuperar o valor entre quatro e cinco meses. E os primeiros dias estão sendo animadores: a expectativa era vender 30 pizzas por dia. No primeiro já foram 33 e no segundo, 35.

“O mercado está estagnado há alguns anos, mas o segmento de alimentação é o primeiro lazer das pessoas e a pizza é uma das comidas favoritas dos brasileiros, depois da carne. Trabalhando como gerente, também notei uma retomada do setor, crescimento do faturamento e do ticket médio. Então resolvemos aproveitar para abrir, que o final de ano são meses forte no comércio e vamos dar o tiro certo para não errar. Começamos pequenos, mas a ideia é expandir e daqui dois anos abrir uma franquia”, conta.

### **Menos burocracia também tem ajudado os novos negócios**

Outro ponto que tem ajudado a fortalecer o espírito empreendedor do paranaense, afirma o presidente da Jucepar, é a implantação da Redesim (Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios).

Segundo Ardissom Naim Akel, antes o empresário enfrentava uma verdadeira provação ao tentar formalizar o negócio, tendo de ir até a Receita Federal, a Receita Estadual, Bombeiros, Prefeitura, a própria junta. Hoje, o processo foi simplificado.

“Quando o empreendedor começa a tentar a abrir uma empresa legal, vai para lá, para cá, tem mais isso, mais aquilo. Muita gente desiste de fazer formal e vai para informalidade. É um problema seríssimo. Com a Redesim, ele faz tudo aqui na Junta Comercial e já temos integrado os outros sistemas. Em cinco dias sai o registro completo da empresa, com todos esses licenciamentos e inscrições tributárias. Isso facilitou muito”, comemora.

### **Empresas em Curitiba**

(dados de janeiro a agosto de cada ano)

Constituições de empresas e filiais	
2018	<b>9.991</b>
2017	<b>3.658</b>
2016	<b>3.496</b>
2015	<b>3.392</b>
2014	<b>6.139</b>
Extinções de empresas e filiais	
2018	<b>6.800</b>
2017	<b>2.381</b>
2016	<b>2.413</b>
2015	<b>2.229</b>
2014	<b>2.071</b>
Saldo de constituições e extinções	

2018	<b>3.191</b>
2017	<b>1.277</b>
2016	<b>1.083</b>
2015	<b>1.163</b>
2014	<b>4.068</b>

## Governo anuncia primeiras 10 'Fábricas do Futuro' do país

04/10/2018 – Fonte: MDIC

Esse processo acelera e barateia a inovação em direção à Indústria 4.0. Em 2019, outras 10 iniciativas serão financiadas

O Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) publicaram nesta quarta-feira o resultado final do Edital de Chamamento público nº 1/2018 para as chamadas "Fábricas do Futuro" (*testbeds*, no termo em inglês). Os 10 projetos de fábricas inovadoras habilitados serão financiados com até R\$ 300 mil cada um pelo governo brasileiro.

Essas fábricas funcionam da seguinte maneira: centros de tecnologia de universidades ou empresas desenvolvem projetos de soluções inovadoras para resolver problemas reais. Em seguida, produzem protótipos e realizam testes. Quando a iniciativa está testada e ajustada ao processo produtivo já existente, ela é implantada nas fábricas das empresas que contribuíram com o projeto, acelerando e barateando o processo de inovação.

Das 10 iniciativas que serão as vitrines da indústria 4.0 nos próximos anos, cinco são de São Paulo, duas de Minas Gerais, duas do Paraná e uma do Rio Grande do Sul. Em 2019, outras 10 "fábricas do futuro" serão selecionadas para receberem financiamento do governo federal.

As propostas escolhidas terão um apoio financeiro da ABDI no valor máximo de R\$ 300 mil por projeto. Aos empreendedores cabe aportar pelo menos 10% do valor total do projeto, seja como contrapartida econômica ou financeira. Isto é, considerando os investimentos em bens e serviços, como, por exemplo, horas dispendidas por técnicos das empresas beneficiárias, horas técnicas dos membros da governança e disponibilização de espaços (auditórios, salas de reunião), ou em recursos.

Para o ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Jorge, é fundamental que o Estado cumpra o papel de indutor nesse processo de modernização dos parques fabris brasileiros.

"Incentivar as chamadas fábricas do futuro é nosso dever. Os ganhos serão enormes. As tecnologias testadas poderão ser aplicadas em linhas de produção ou em processos produtivos, de maneira geral, com mais assertividade. Isso garante mais eficiência e maior retorno econômico-financeiro para o setor privado", explica ele. Marcos Jorge diz ainda que o aumento da densidade tecnológica do setor produtivo brasileiro trará como reflexo oportunidades de trabalho mais complexas e, portanto, mais bem-remuneradas.

O secretário de Inovação e Novos Negócios do MDIC, Rafael Moreira, acredita que a iniciativa contribui para que o Brasil tenha uma espécie de "vitrine da indústria 4.0", um "showroom". Segundo ele, até 2019, serão financiadas 20 "fábricas do futuro", que demonstrarão como tecnologias 4.0 poderão ser aplicadas em diferentes setores da economia brasileira.

### As 10 selecionadas:

1 - Parque Tecnológico São José dos Campos

- 2 - Escola Politécnica da Universidade de São Paulo - POLI USP
- 3 - Universidade Federal de Uberlândia
- 4 - Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTRPF
- 5 - METALSA
- 6 - Universidade do ABF – UFABC
- 7 - SENAI MG
- 8 - Embraer
- 9 - Assintecal
- 10 - Justino de Moraes, Irmãos S/A - JUMIL

## **Indústria de alumínio pede a presidenciais simplificação de licenças**

04/10/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

### ***É necessário buscar a aprovação de oito órgãos em alguns casos, afirma presidente da Abal***

A simplificação da emissão de licenças e certidões exigidas pelo Estado às mineradoras é uma das principais demandas do setor de alumínio aos presidenciais. É necessário buscar aprovação de mais de oito órgãos, afirma Milton Rego, presidente da Abal (do setor).



Regime tributário atual desestimula reciclagem do alumínio, segundo o setor - Eduardo Knapp - 20.jun.16/Folhapress

“O ideal seria um balcão único com prazos pré-determinados. No Canadá, o tempo médio é de um ano; aqui, é de ao menos cinco”.

A tributação de itens produzidos a partir de alumínio reciclado também é questionada. Cerca de 40% do alumínio usado no país vem da reciclagem, afirma Rego.

“A sucata e o metal bruto têm a mesma tributação. A prática, que contribui para reduzir as emissões de carbono, acaba desestimulada.”

---

Principais demandas da indústria de alumínio aos presidenciais

- Redução do custo da energia, que tem tornado o país menos competitivo na atração de investimentos
- Tornar obrigatório informar a composição dos produtos nas embalagens, para que o consumidor possa identificar produtos importados de menor qualidade

**R\$ 65,4 bilhões**

é o faturamento do setor\*

**14.877**

são os empregos diretos\*



## **Entrada de empresas no país cai pelo 7º ano consecutivo, diz IBGE**

04/10/2018 – Fonte: Bem Paraná (publicado em 03-10-2018)

A taxa de entrada de empresas vem caindo no país há sete anos consecutivos, chegando em 2016 a uma retração de 14,5%, o menor valor da série histórica iniciada em 2008.

É o que revela a pesquisa Demografia das Empresas e Estatísticas de Empreendedorismo 2016, que o IBGE divulgou nesta quarta-feira (3). As informações são da Agência Brasil.

Os dados indicam que, pelo terceiro ano seguido, o saldo no total de empresas ficou negativo em 2016, com queda de 1,6%, o equivalente a menos 70,8 mil empresas. Também o número de pessoal assalariado caiu 4,8%, o equivalente a 1,6 milhão de pessoas a menos. Foi a segunda queda seguida.

Dados do Cempre (Cadastro Central de Empresas) indicam que, em 2016, o Brasil tinha 4,5 milhões de empresas ativas que ocupavam 38,5 milhões de pessoas. Deste total, 32 milhões, o equivalente a 83,1%, trabalhavam como assalariadas e 6,5 milhões (16,9%) como sócias ou proprietárias.

O estudo mostra, ainda, que os salários e outras remunerações pagos por entidades empresariais somaram, em 2016, R\$ 1 trilhão, com um salário médio mensal de R\$ 2.328,03, o equivalente a 2,6 salários mínimos mensais médios.

O Cempre cobre o universo das organizações inscritas no CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica), da Secretaria da Receita Federal, que, no ano de referência, declararam informações às pesquisas estruturais por empresa do IBGE e/ou aos registros administrativos do Ministério do Trabalho.

Apesar do número expressivo de empresas ativas no país, a relação da taxa de entrada e saída de empresas vem caindo. De 2015 para 2016, a taxa de entrada das empresas foi de 14,5%, o equivalente a 648,5 mil, enquanto a taxa de saída atingiu 711,9 mil empresas (16,1%).

### **JUSTIFICATIVA**

A pesquisadora do IBGE Katia Carvalho disse que, embora a taxa de saída de empresas até então ativas em 2016 não seja a maior da série histórica iniciada em 2008, as saídas vêm acontecendo sistematicamente.

“O que a gente tem observado nestes últimos anos, com relação a taxas de entrada e saída, é que há vários anos a taxa de empresas entrando no mercado é inferior ao número de empresas ativas que deixam de existir. Ou seja, a gente nota a quantidade de empresas ativas caindo desde 2013, acompanhada também do total de pessoal ocupado, que tem sofrido queda, principalmente entre 2015 e 2016”, ponderou.

A exceção nesse cenário de queda, segundo a pesquisadora, se deu na atividade do comércio, que apresentou tanto os maiores ganhos como as maiores perdas em pessoal ocupado assalariado provenientes dos movimentos de entrada e saída de empresas em 2016.

A atividade revelou, contudo, ganho absoluto no pessoal ocupado assalariado, com um saldo positivo de 81,1 mil pessoas.

Além disso, 30,7% dos novos empregos foram criados nessa atividade, que concentrou 227,3 mil das 739,38 mil ocupações assalariadas geradas pelas empresas que entraram em atividade em 2016. O comércio é a atividade com o maior número de empresas ativas (1,9 milhão).

## COMÉRCIO

Por atividade, a gente observa o comércio como o maior gerador de empregos, assim como de empresas, tanto entrando como saindo. Mas, ainda assim, o saldo líquido é positivo do ponto de vista de pessoal", disse a pesquisadora.

Em 2016, as 4,5 milhões de empresas ativas tinham 4,9 milhões de unidades locais (filiais), das quais 50,1% situadas na Região Sudeste; 22,5% no Sul; 15,4% no Nordeste; 8,2% no Centro-Oeste e 3,7% na Região Norte.

## EMPRESAS DE ALTO CRESCIMENTO

Em relação ao empreendedorismo, em 2016 havia 20.998 empresas de alto crescimento, que ocupavam 2,7 milhões de assalariados. As companhias de alto crescimento são aquelas que aumentaram o número de empregados pelo menos 20% ao ano, em média, por três anos consecutivos, e tinham 10 ou mais assalariados no ano inicial de observação.

Em 2016, existiam no Brasil 20.998 empresas de alto crescimento ocupando 2,7 milhões de pessoas, que receberam R\$ 70,7 bilhões em salários e remuneração média mensal de três salários mínimos.

Essas empresas representaram 0,5% das companhias ativas, 0,9% das empresas com pessoas ocupadas assalariadas e 4,6% das empresas com 10 ou mais pessoas ocupadas. Elas foram responsáveis pela absorção de 8,3% das pessoas assalariadas e pelo pagamento de 7,1% dos salários e outras remunerações no universo das empresas.

Em relação ao ano anterior, houve uma redução de 18,6% no número de companhias de alto crescimento, de 23,6% no pessoal ocupado assalariado e de 21,8% nos salários e outras remunerações pagos em valores nominais.

Foram reduções ainda mais expressivas do que as de 2015 em relação a 2014, quando houve decréscimos de 17,4% no total de empresas, 21,6% no pessoal assalariado e 12,5% nos salários e outras remunerações.

As 20.998 empresas de alto crescimento em 2016 representam o menor número da série iniciada em 2008, que teve seu valor mais elevado em 2012, com 35.206 companhias, o que significa uma diferença de 67,7%.

## **"Bancada empresarial está entre as mais influentes do Congresso"**

04/10/2018 – Fonte: Gazeta do Povo (publicado em 03-10-2018)



Com 221 deputados e 30 senadores, parlamentares da bancada são proprietários de comércios, indústrias, prestadoras de serviços, entre outros

Segundo o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), 221 deputados e 30 senadores formam a bancada empresarial no Congresso Nacional. A identificação da bancada é feita com base nas declarações de bens e de suas atividades profissionais e econômicas: os parlamentares da bancada são proprietários de comércios, indústrias, prestadoras de serviços, entre outros.



Entre os interesses da bancada empresarial estão a competitividade; redução de encargos para o setor; custo Brasil; reforma tributária; renúncias e incentivos fiscais, creditícios e monetários. O apoio da bancada foi importante para aprovação de projetos como reforma dos direitos trabalhistas e da terceirização.

Nesse ponto, há um ingrediente além do interesse dos deputados e senadores que compõem a bancada empresarial. Nesse ramo é possível identificar interesses de grupos externos através das doações de campanha.

O grupo que mais influencia nesse ramo é o setor de construção civil. Em 2014, 17 construtoras entraram no ranking das 50 empresas que mais doaram para campanhas políticas. O setor foi o que mais contribuiu entre os 50 maiores doadores: R\$ 497 milhões. Na Câmara, há 21 Frentes Parlamentares que tratam de reivindicações de obras pelo país.

#### DESEJOS PARA O BRASIL: Economia rica e competitiva

Ao fechar acordo de colaboração premiada na Lava Jato, a Odebrecht expôs uma série de negociatas para a aprovação de medidas do interesse do grupo no Congresso. Segundo o depoimento de executivos, na última década, empreiteira agiu sobre ao menos 12 Medidas Provisórias e um projeto de resolução do Senado.

A articulação custou, pelo menos, R\$ 18,1 milhões em repasse a parlamentares, além de doações milionárias para campanhas. Como contrapartida, a empresa se beneficiou com redução de impostos, benefícios fiscais e a obtenção de contratos para suas subsidiárias.

Ex-presidente da Andrade Gutierrez, Otávio Marques de Azevedo revelou, em sua delação, que o ex-presidente da Câmara e deputado cassado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) atuou em favor da empresa na tramitação de nove MPs no Congresso. Cunha defendeu os interesses do grupo atuando como relator, apresentando emendas e utilizando sua influência até quando já era presidente da Casa. A atuação de Cunha ocorria principalmente em MPs de temas tributários.

#### Outros setores

O setor de alimentos, puxado pela JBS, tem três empresas no ranking, com um total doado de R\$ 379 milhões. A JBS, sozinha, desembolsou mais de R\$ 357 milhões em doações para campanhas em 2014. Só os candidatos a deputado federal receberam da empresa R\$ 87,7 milhões naquele ano.

O setor de bebidas tem quatro empresas no ranking de maiores doadores, com uma contribuição total de R\$ 127,6 milhões para as campanhas. Só a Ambev doou, sozinha, R\$ 32 milhões para candidatos à Câmara. A influência do setor no Congresso pode ser observada na votação das pautas-bomba antes do recesso, em julho. Entre as medidas votadas pelo Congresso está a concessão de um benefício fiscal para fabricantes de refrigerantes que vai custar R\$ 1,7 bilhão por ano para o governo federal.


#### DESEJOS PARA O BRASIL: Mais espaço para a iniciativa privada

A indústria também exerce um importante papel de influência no Congresso. E essa influência não é novidade. Ainda em 1942, os industriais conseguiram convencer o então presidente Getúlio Vargas da necessidade da criação de um programa social e de formação profissional, o que deu origem, mais tarde, ao Sistema S. Entidades da indústria, como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) também tiveram um papel importante no cenário de aprovação do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), em 2015.

Outros setores empresariais que investiram pesado na campanha de 2014 foram o de mineração (R\$ 57 milhões), siderurgia (R\$ 82,3 milhões) e instituições financeiras (R\$ 157,8 milhões).

Fim das doações empresariais

Para o especialista em políticas públicas, Bruno Carazza, a proibição do Supremo Tribunal Federal (STF) para que empresas possam fazer doações a campanhas, em vigência desde 2016, é um retrocesso na tentativa de deixar a atuação de grupos de influência mais transparentes. "A gente não vai mais poder fazer esse controle", lamenta o especialista. Para ele, a doação de pessoas jurídicas é importante para a fiscalização.

 **221**  
DEPUTADOS

**PAUTA:**

- ▶ Competitividade;
- ▶ Redução de encargos para o setor;
- ▶ Custo Brasil;
- ▶ Reforma tributária;
- ▶ Renúncias e incentivos fiscais, creditícios e monetários.

**CONQUISTAS:**

- ✓ Reforma dos direitos trabalhistas;
- ✓ Terceirização;
- ✓ Medidas Provisórias que promovem desonerações.

**Setores que mais influenciam a bancada e as doações de campanha em 2014:**

(Empresas presentes no ranking dos 50 maiores doadores de campanha em 2014, para todos os cargos em disputa)

- **Construção Civil:** R\$ 497 milhões doados por 17 empresas do ranking;
- **Alimentos:** R\$ 379 milhões doados por três empresas do ranking;
- **Instituições financeiras:** 157,8 milhões doados por sete empresas do ranking;
- **Bebidas:** R\$ 127,6 milhões doados por quatro empresas do ranking;
- **Siderurgia:** R\$ 82,3 milhões doados por quatro empresas do ranking;
- **Mineração:** R\$ R\$ 57 milhões doados por duas empresas do ranking.

## Setor de tecnologia deve concentrar empresas brasileiras em bolsas dos EUA

04/10/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 04-10-2018)

Embora o número de empresas brasileiras anunciando emissões de ações nos Estados Unidos tenha aumentado, essa busca pelo mercado americano não deve ser interpretada como uma tendência abrangente, segundo especialistas do mercado financeiro. O consenso é que o movimento deve ficar restrito a companhias no setor de tecnologia. Logo, a tendência deverá ter efeito controlado sobre a fila de emissões de ações na B3, a Bolsa paulista.

Essa noção fica transparente nas transações anunciadas até o momento. A Arco Educação, por exemplo, chegou na semana passada à Nasdaq, bolsa de tecnologia americana, em virtude do sistema SAS, de ensino bilíngue. Foi o segundo IPO de uma empresa brasileira nos Estados Unidos em 2018. Em janeiro, a PagSeguro havia aberto na Nyse, em Nova York. A próxima será a adquirente Stone, que deve chegar à Nasdaq logo após as eleições no Brasil.

O responsável pelo banco de investimento do Morgan Stanley no Brasil, Alessandro Zema, destaca que as ofertas de tecnologia devem continuar a ocorrer nos EUA, pois as companhias estão de olho nos investidores dedicados ao setor. "Essas empresas se sentem mais confortáveis em abrir o capital lá fora", diz. Apesar disso, Zema afirma

que essa solução não é adequada a todos os setores e que a B3 seguirá como o principal destino dos IPOs nacionais.

A busca por melhores preços também é um fator. Sócio da área de mercado de capitais do escritório Mattos Filho, Jean Marcel Arakawa destaca que os investidores externos têm mais facilidade de avaliar o valor desse tipo de ativo – e costumam valorizá-los mais.

Para o especialista em mercado de capitais do Stocche Forbes Advogados, Marcos Ribeiro, o atual contexto político-econômico brasileiro tem influenciado na busca de Bolsas lá fora, uma vez que o apetite para risco no País está baixo. Para ter os pés nos dois mundos, algumas companhias estão optando pela dupla listagem. Foi o caso da Azul, que abriu seu capital na B3 e listou suas ADRs (recibos de ações) na Nyse, em 2017.

A Arco, que desembarcou na Nasdaq semana passada e levantou US\$ 194,5 milhões, desde o início mirou uma oferta nos Estados Unidos, com o objetivo de levar a empresa para dentro do ecossistema de tecnologia disponível por lá. “Atraímos investidores de qualidade para a empresa, que têm foco no longo prazo e são especializados em tecnologia”, disse o presidente da companhia, Ari de Sá Neto.

O diretor da área de mercado de capitais do Credit Suisse, Eduardo de la Peña, frisa que os casos de abertura de capital fora do Brasil continuam sendo exceção. “As empresas de tecnologia acabam sendo mais comparáveis lá fora, mas essa não é uma solução certa para todos”, afirma o executivo.

### **Entrave**

Arakawa, do Mattos Filho, lembra que uma questão regulatória acaba impedindo a listagem de algumas empresas na Bolsa paulista. Isso porque parte dessas companhias recebe aportes de fundos de private equity (que compram participações em empresas) ou passam por rodada de captações entre investidores, com a constituição de holding fora do Brasil.

Por causa disso, quando decidem abrir o capital, essas empresas podem realizar uma listagem no Brasil com a emissão de BDRs (recibos de ações brasileiras), em virtude de uma restrição vigente mesmo para empresas que tenham a maior parte de seus ativos no Brasil.

O presidente da B3, Gilson Finkelsztain, afirma que a Bolsa brasileira está atenta para este tema e que vem trabalhando em diversas frentes para trazer volumes que estão sendo perdidos para os EUA.

Além de buscar mudanças nas regras para os BDRs, a B3 também está trabalhando no segmento que dá acesso ao mercado de capitais a pequenos e médios negócios.

### **Faturamento do setor atacadista cresce 4,94% em agosto, diz Abad**

04/10/2018 – Fonte: Tribuna PR

O faturamento do setor atacadista cresceu 4,94% em agosto, em termos nominais, na comparação com igual mês do ano passado, e subiu 5,91% ante julho deste ano, aponta pesquisa mensal da Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores de Produtos Industrializados (Abad), apurada pela Fundação Instituto de Administração (FIA).

No acumulado do ano, de janeiro a agosto, houve queda de 0,55% em relação ao mesmo período de 2017.

Em nota, o presidente da Abad, Emerson Luiz Destro, destaca que tem havido recuperação nas vendas em meio à aproximação das festas de fim de ano. “Embora a massa de desempregados, que é o grande pilar da recuperação econômica, permaneça sem grandes movimentações e o cenário político muito indefinido, o setor atacadista e distribuidor manteve-se firme no propósito de reverter os resultados negativos do início do ano”, afirmou.

A expectativa do setor, segundo Destro, é de que as vendas cresçam até 1% este ano ante 2017.

### **Com tecnologia, exportação brasileira crescerá acima da média mundial, diz OMC**

04/10/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 03-10-2018)

A revolução tecnológica permitirá que os países emergentes vejam uma redução nos custos de comércio e poderão, em 2030, representar 57% dos fluxos de exportações e importações no mundo. Os dados estão sendo apresentados pela Organização Mundial do Comércio (OMC) em seu informe anual publicado nesta quarta-feira, 3, em Genebra.

No caso do Brasil, a entidade estima que a introdução de novas tecnologias poderia fazer com que a expansão do comércio recebesse um impulso extra de cerca de três pontos percentuais por ano até 2030, bem acima da média mundial. Para isso, porém, o País teria de se abrir para as inovações.

De acordo com o levantamento, os custos do comércio no mundo caíram em 15 pontos percentuais entre 1996 e 2014. Mas, na avaliação de Roberto Azevêdo, diretor-geral da OMC, a nova revolução poderá fazer o comércio crescer entre 1,8 e 2 pontos percentuais por ano, até 2030. “De forma acumulada, isso representará um aumento de 31% a 34% em 15 anos”, declarou.

Hoje, 35% dos custos de uma exportação estão ligados ao transporte, enquanto procedimentos na fronteira e logística também têm um peso importante. Com as novas tecnologias, a previsão é de que esses custos sejam reduzidos de forma importante.

“Em tal cenário, a participação dos países em desenvolvimento no comércio poderia aumentar de 46% para 57% em 2030”, declarou Azevêdo. Segundo ele, porém, isso vai depender de como governos vão estabelecer políticas para permitir que essa tecnologia seja utilizada.

Sem uma estratégia, Azevêdo alerta que a comunidade internacional pode ver um aprofundamento das disparidades como resultado da tecnologia. “As forças de mercado não serão suficientes”, disse.

No levantamento, a OMC admite que nem todas as regiões do mundo vivem da mesma forma o desenvolvimento tecnológico. No Brasil, por exemplo, menos de 50% da população tinha acesso a computadores em sua casa em 2015. Naquele mesmo ano, a taxa era de quase 100% no norte da Europa.

Mas, com políticas públicas que possam ir na direção correta, a OMC aposta que seriam os emergentes quem mais ganhariam com a tecnologia no comércio. No caso brasileiro, a estimativa é de que a tecnologia poderia reduzir os custos de comércio em 0,76 ponto percentual por ano até 2030, uma taxa superior ao que ocorreria nos EUA, com 0,43 ponto percentual por ano.

A OMC também prevê que, no caso do Brasil, o papel do comércio de serviços aumentará de 15% para 18%. No mundo, a taxa subiria dos atuais 21% para 25% até 2030.

Na avaliação de Azevêdo, o que o comércio vive hoje é uma mudança sem precedentes por conta da tecnologia. “São mudanças estruturais”, destacou. Em apenas 20 anos, o comércio de tecnologia triplicou, passando a valer US\$ 1,6 trilhão em 2016.

Segundo ele, a tecnologia de blockchain ajudará pequenas empresas e aumentar transparência e visibilidade, além de acelerar a digitalização de trocas comerciais. Sua estimativa é de que, até 2030, US\$ 3 trilhões seriam adicionados no comércio apenas por conta dessa inovação.

Internet, impressoras 3D e outras tecnologias também prometem ter um impacto grande na redução do custo do comércio. A avaliação da OMC é de que, com as impressoras 3D, alguns produtos podem deixar de cruzar fronteiras, também fazendo os custos desabarem. Não se compraria mais o produto, mas o código para produzir algo.

“Estamos entrando em nova era econômica. E como responderemos é um momento definidor de nosso tempo”, disse Azevedo.

### **Tensão**

O brasileiro ainda destacou como a tecnologia – e não o fluxo comercial – tem sido a responsável por grande parte das mudanças em mercados de trabalho, o que alimenta uma tensão sobre governos em busca de proteção para certos setores. “Estamos vivendo uma escalada de tensões que ameaça ter um impacto econômico grande”, disse, numa referência à pressão do governo americano por novas relações comerciais com seus parceiros.

“É responsabilidade de todos buscarmos uma solução. Precisamos ouvir as pessoas afetadas. Não podemos ignorá-las. Empregos estão sendo perdidos na agricultura e na indústria. A ansiedade sentida pelos trabalhadores é real. Mas 80% da perda de postos de trabalho foi causada pela automação, não pelo comércio”, alertou o brasileiro.

Em sua avaliação, a comunidade internacional precisa responder a essa mudança. Mas a resposta não será asfixiando o comércio com medidas protecionistas. “Isso apenas vai agravar a crise e gerar mais desemprego. Precisamos de um debate informado”, alertou.

## **Crise fiscal do governo barra medidas pró-inovação que melhorariam economia**

04/10/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

### ***Classe política entendeu que não há como não ter reforma da Previdência, diz economista-chefe da XP***

O encontro de verão do Fórum Econômico Mundial no hemisfério norte levou um público recorde à China na terceira semana de setembro. Dos 2.500 representantes de mais de 100 nações que estiveram no evento, apenas 9 eram brasileiros.

Enquanto os rápidos avanços da tecnologia e seus impactos eram discutidos no país asiático, o debate econômico da campanha presidencial no Brasil girava em torno de medidas para reduzir o rombo das contas públicas e simplificar o sistema tributário.

A atual pauta eleitoral explica, em grande medida, a baixa participação do país em encontros como o realizado na China. Com o estrangulamento fiscal do governo e a asfixia do setor privado, tem faltado espaço para a discussão, o desenho e a implementação de medidas que impulsionem a inovação e aumentem a eficiência da economia.



Centro de Convenções e Exposições Meijiangm, em Tianjin, na China, onde aconteceu o encontro de verão do Fórum Econômico Mundial - Li Ran/Xinhua

A demora em encarar questões como os limites dos gastos públicos, a baixa eficácia de algumas políticas de subsídio e os efeitos nocivos da burocracia excessiva ajudou a mergulhar o Brasil na severa recessão que se estendeu entre 2014 e 2016 e contribuiu para que a atual recuperação seja a mais lenta da nossa história.

Especialistas acreditam que a gravidade da situação forçou a maioria dos candidatos a reconhecer que reformas estruturais são essenciais para que o país volte a crescer de forma sustentada.

“No passado, a preocupação com esses assuntos era restrita a um pequeno grupo de economistas. Não reverberava”, diz Zeina Latif, economista-chefe da XP Investimentos.

Para Zeina, as discussões atuais são um avanço e foram impulsionadas, em certa medida, pela transparência com que a equipe econômica do atual governo tem tratado certos temas.

“Gostando ou não do [Michel] Temer, houve uma coragem política, impulsionada pelo time econômico, de colocar a previdência no debate público”, afirma.

O perfil demográfico da população brasileira tem mudado rapidamente na esteira do aumento da longevidade e da desaceleração da natalidade. A expansão do número de aposentados em um contexto de ingresso mais lento de jovens contribuintes no mercado de trabalho contribuiu para o déficit da seguridade social. A crise do mercado de trabalho —com alta do desemprego e da informalidade— pioraram a situação.

Ainda que diverjam sobre a melhor forma de resolver o rombo galopante, a maior parte dos postulantes à presidência defende algum tipo de mudança.

“A elite da classe política já entendeu que não há como não ter uma reforma da Previdência”, diz Zeina.

Outro sinal de amadurecimento do debate público, segundo especialistas, é o reconhecimento da necessidade de reforma do intrincado regime tributário brasileiro. Embora todos os aspectos do ambiente de negócios do país apresentem sérios problemas, em decorrência da burocracia excessiva, o quesito em que o Brasil aparece pior colocado em um ranking do Banco Mundial é o tributário, na 184ª posição entre 190 países.

Mudanças para simplificar o regime brasileiro são defendidas por alguns economistas há muito tempo e já foram alvo de tentativas fracassadas de reforma. Mas a atual campanha imprimiu pela primeira vez um tom de urgência ao tema, com um consenso em torno, por exemplo, da substituição de alguns impostos por um único tributo nacional sobre o valor agregado a cada etapa de produção ou comercialização.



Para o economista Mauro Boianovsky, o pano de fundo dos pontos de convergência é a constatação de que o país precisa criar condições para crescer, interrompendo a trajetória de voos insustentáveis das últimas décadas.

“O debate atual sobre os limites da capacidade de gasto público e as dificuldades para a retomada do investimento privado tem se dado no contexto do crescimento de longo prazo. Isso é positivo”, diz o pesquisador de história do pensamento econômico da Universidade de Brasília.

Segundo Boianovsky, algumas campanhas passadas foram dominadas por temas de curto prazo, o que nem sempre denotava compromisso com a estabilidade macroeconômica. “Parece haver agora, por exemplo, um consenso maior de que a inflação é inaceitável”, afirma.

O problema, segundo economistas, é que ainda faltam clareza e realismo a muitas propostas, o que cria incertezas em relação à estabilidade e à retomada do crescimento.



“O que preocupa é que todos estão no palanque. Algumas propostas são só metas, outras são ingênuas. O diabo mora nos detalhes”, diz Zeina.

Entre os líderes das pesquisas, Jair Bolsonaro (PSL), Ciro Gomes (PDT) e Geraldo Alckmin (PSDB) afirmam – ainda que com propostas diferentes – que irão eliminar o déficit fiscal em pouco tempo. Mas o prazo de um ou dois anos que prometem é considerado pouco factível, já que muitas das medidas dependem de mudanças na legislação e amplo apoio político.

O programa do PT de Fernando Haddad é vago ao reconhecer a existência do problema fiscal, e propor – sem maiores detalhes – um novo modelo para garantir o equilíbrio das contas públicas e retomar o crescimento.

Especialistas acreditam que a forte polarização política que marca a atual campanha presidencial pode estar impedindo que as propostas avancem além do debate genérico. Mas ressaltam que o início do próximo do governo – seja quem for o presidente eleito – precisará ser marcado pelo anúncio rápido de medidas comprometidas com reformas.

“Não existem milagres em economia. É uma fantasia achar que você vai conseguir manter a inflação baixa sem sinalizar com clareza como vai tratar a tendência explosiva da dívida pública”, diz Otaviano Canuto, diretor executivo do Banco Mundial. Para o economista, o setor privado não voltará a aumentar investimentos no Brasil se não houver a apresentação de um programa de ajuste fiscal detalhado e crível.

“Nosso potencial de crescimento no futuro imediato é reduzido pela anemia de produtividade”, afirma Canuto.

Desde a década de 1980, a eficiência da economia brasileira cresce a um ritmo pífio. Segundo dados da organização The Conference Board, a produtividade do trabalho no país ficou praticamente estagnada nas últimas 4 décadas, resultado que contrasta com o desempenho de muitos outros países. No mesmo período, por exemplo, o indicador teve expansão média anual de 2% no Chile, 4% na Coreia e 1% na Austrália.

“Os países que saíram do nível de renda média e se tornaram mais ricos foram os que conseguiram diminuir o hiato de produtividade com os Estados Unidos, que é, em média, o país mais produtivo”, diz o economista José Alexandre Scheinkman, da Universidade Columbia.

Parte da receita desse processo de convergência nem entrou para valer no debate eleitoral. Ela passaria, segundo especialistas, por uma maior abertura comercial e a adoção de medidas para recuperar a defasada infraestrutura do país, sofisticar a pauta de exportações e estimular a inovação.

A ausência dessa agenda nas discussões domésticas é simbolicamente ilustrada pela baixa presença brasileira do país em reuniões internacionais como a que acaba de ocorrer na China, batizada de Encontro Anual dos Novos Campeões.

“Por mais relevante que seja a questão fiscal, quando acompanhamos os debates em fóruns como esse, fica claro que estamos discutindo, ainda muito mal, uma agenda do passado”, afirma Jorge Arbache, secretário de relações internacionais do Ministério do Planejamento e único palestrante brasileiro no encontro recente do Fórum Econômico Mundial.

Para o economista, é importante equacionar o problema fiscal sem perder de vista que a política pública tem um papel importante no desenho de soluções para aumentar a competitividade.

Erros de desenho e implementação de iniciativas desse tipo no passado não deveriam, segundo ele, ser motivo para uma redução do governo a um papel minimalista na economia.

“Vivemos em uma economia global de altíssima interdependência, muito mais complexa do que em qualquer outra era. Para termos sucesso, é fundamental a combinação entre políticas públicas e privadas”, diz Arbache.

O economista ressalta que a demora do país em solucionar os problemas que hoje sufocam o país elimina a possibilidade de que eles sejam tratados de forma sequencial. “Não há mais tempo para isso. Precisamos atacar os problemas do passado e do presente ao mesmo tempo”, conclui.

A expectativa de especialistas, agora, é que, nas discussões do segundo turno, as discussões genéricas se tornem mais detalhadas e amplas.

### **Procuradoria acusa dono da Havan de propaganda irregular a favor de Bolsonaro**

04/10/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Ministério Público Eleitoral recomendou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a condenação do empresário Luciano Hang, dono das lojas Havan, por propaganda eleitoral irregular em favor de Jair Bolsonaro, candidato à Presidência da República pelo PSL. O MPE defende aplicação de multa ao empresário.

Em vídeo gravado em uma de suas lojas, Luciano Hang ameaça deixar o País e, conseqüentemente, demitir seus 15 mil funcionários, caso Bolsonaro não vença a eleição presidencial. O empresário diz ter feito uma pesquisa de intenção de voto com os colaboradores da empresa e descobriu que 30% deles pretendem votar nulo ou branco.

O vice-procurador-geral Eleitoral, Humberto Jacques de Medeiros, que assina o parecer enviado na terça-feira (2) ao TSE, escreve que Luciano Hang realizou propaganda eleitoral em favor de Bolsonaro no interior de estabelecimento comercial,

ao dizer “Todos sabem a minha posição. Eu sou Bolsonaro! Bolsonaro! Quero uma salva de palmas. Bolsonaro! Bolsonaro! Bolsonaro! Pra esse Brasil mudar, pra esse Brasil melhorar, Bolsonaro Presidente!”

A lei que estabelece normas para as eleições prevê que a veiculação de propaganda irregular, após a notificação e comprovação, à restauração do bem, caso não cumprida no prazo, está sujeita à multa no valor de R\$ 2 mil a R\$ 8 mil.

A decisão atendeu parcialmente a representação proposta pela coligação “Para Unir o Brasil”, formada pelos partidos políticos PSDB, PTB, PP, PR, DEM, Solidariedade, PPS, PRB e PSD. O bloco apoia o tucano Geraldo Alckmin na corrida ao Palácio do Planalto nas eleições 2018.

A coligação alegava que o ato impugnado não configura apenas propaganda eleitoral irregular, mas também abuso de poder econômico, pois Hang teria disponibilizado sua estrutura empresarial a serviço do candidato. O empresário sustenta não ter realizado propaganda eleitoral ou prática que implique abuso de poder econômico, “mas mero exercício do direito de manifestação”.

“O discurso impugnado na representação é sancionável em razão do espaço em que proferido. Lojas e centros comerciais são territórios imunes à propaganda eleitoral, por expressa disposição legislativa, mesmo que o autor do ato de propaganda seja o seu proprietário, que arca com eventuais efeitos deletérios em seus negócios por causa de seu proselitismo”, escreveu Humberto Jacques.

Segundo ele, “não se trata de repressão à liberdade de expressão, mas de justaposição desta com outras liberdades da cidadania, em favor das quais o legislador legitimamente exige mesmo a abstenção de comerciante em seu estabelecimento de negócios”.

No parecer, Jacques afirma ainda que a petição inicial não expõe argumentos concretos que indiquem a participação de Jair Bolsonaro ou, ao menos, o prévio conhecimento acerca do fato específico impugnado nos autos.

### **Alerta do MPT**

Na segunda-feira, o Ministério Público do Trabalho (MPT) emitiu uma nota pública para alertar as empresas e funcionários sobre a proibição de imposição, coação ou direcionamento nas escolhas políticas de empregados.

A prática pode caracterizar discriminação em razão de orientação política, irregularidade trabalhista que pode ser alvo de investigação e ação civil pública. A nota foi divulgada depois que começaram a circular vídeos na internet com donos de empresas citando motivos pelos quais votariam em seus candidatos nas eleições de 2018.

### **Justiça do Trabalho proíbe dono da Havan de influenciar voto de funcionários**

04/10/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 03-10-2018)

A 7.<sup>a</sup> Vara do Trabalho de Florianópolis acatou pedido de tutela antecipada em caráter antecedente do Ministério Público do Trabalho (MPT) e proibiu Luciano Hang, dono da Havan, de influenciar o voto de seus funcionários. O empresário apoia Jair Bolsonaro (PSL).

O juiz Carlos Alberto Pereira de Castro fixou uma multa de R\$ 500 mil, caso a determinação não seja atendida.

O magistrado entendeu que a atitude de Hang vai de encontro aos direitos fundamentais. Pereira de Castro considerou que o risco de prejudicar o resultado das

eleições é presente, ao passo que a “materialização da violação do direito de livre manifestação política é, de início, o escrutínio do próximo domingo, podendo haver, ou não, segundo turno”. “Este é o fundamento pelo qual se observa que a urgência é contemporânea à propositura da medida”, pontuou.

Luciano Hang usou suas redes sociais para publicar uma foto da intimação recebida pelo Ministério Público do Trabalho e prometeu divulgar um vídeo às 17 horas para falar “como estão tentando calar o brasileiro”.

Além desta mensagem, o empresário tem publicado outros textos em apoio a Bolsonaro.

O empresário ameaçou sair do País e demitir 15 mil funcionários, caso seu candidato não vença as eleições, o que é um “lamentável precedente” nas palavras do magistrado.

“O receio da perda do posto de trabalho, em tais circunstâncias, não dependeria mais das derivações da economia ou dos humores do mercado, mas sim de uma retaliação do empregador-réu, como um aviso prévio com data marcada: o dia da publicação do resultado final das eleições presidenciais”, decidiu Pereira de Castro.

A Havan também deverá veicular na sexta, 5, um vídeo nas páginas institucionais no Facebook e no Twitter contendo o teor da decisão judicial.

De acordo com a decisão, a empresa terá de divulgar o despacho em todas as lojas e unidades administrativas da rede no país, deixando claro “o livre direito de escolha de candidatos aos cargos do pleito de 7 de outubro”.

### **Outro lado**

Procurada, a Havan informou que se posicionará sobre o caso na transmissão ao vivo de Luciano Hang.

## **Apesar de quadro turbulento, aportes revelam mais estabilidade no Brasil**

04/10/2018 – Fonte: DCI

Entrada de recurso externo está em patamar elevado, puxado por infraestrutura, principalmente nas áreas de eletricidade e gás; já investimento de empresas nacionais aguarda definição política.

Mesmo diante de um cenário eleitoral conturbado, os investimentos produtivos estão conseguindo ter certa estabilidade no Brasil. As expectativas dos analistas para os aportes externos são até mesmo positivas, enquanto em relação aos projetos do empresariado nacional, há mais incertezas.

“Uma retomada do fluxo de investimentos no País dependerá muito da configuração da nova equipe do governo e das medidas econômicas que serão anunciadas”, afirma o coordenador do curso de administração do Instituto Mauá de Tecnologia (IMT), Ricardo Balistiero.

Por outro lado, a entrada de recursos estrangeiros no Brasil tem se mantido em um patamar elevado, principalmente em função dos projetos na área de infraestrutura, com destaque para eletricidade e gás, ressalta Balistiero.

Até agosto, os investimentos diretos no País (IDP) somam US\$ 44,3 bilhões, recuo de 2,4% ante igual período de 2017, quando os aportes foram de US\$ 45,4 bilhões.

O economista-chefe da Mapfre Investimentos, Luis Afonso Lima, também chama a atenção para este ponto, lembrando que 59% dos US\$ 19,8 bilhões de investimentos

anunciados até março de 2018 estão relacionados ao setor de infraestrutura, sendo que a maior parte deles é liderada por companhias estrangeiras.

“Ter mais da metade dos investimentos direcionados para a infraestrutura é uma sinalização muito positiva, pois indica a possibilidade de sustentar o crescimento econômico nos próximos anos. O desenvolvimento do fornecimento de energia, do saneamento básico, das telecomunicações, garante aumento de produtividade”, considera Lima.

Dos US\$ 19,8 bilhões, US\$ 6,5 bilhões serão investidos em eletricidade, gás e água quente, enquanto US\$ 3,8 bilhões, direcionados para as telecomunicações. Os dados são da Rede Nacional de Informações Sobre o Investimento (Renai), publicados pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic), durante o primeiro semestre.

“A depreciação do câmbio do País barateou o custo do investimento para os estrangeiros. É um momento de oportunidade para eles. A empresa nacional, por sua vez, está em uma posição menos favorecida. Para ela, o custo do capital é muito alto”, afirma o economista-chefe da Mapfre.

### **Na espera**

O gerente-executivo de Política Econômica da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Flávio Castelo Branco, comenta que os investimentos da indústria brasileira estão um momento de “certa estabilidade”, na espera do resultado das eleições. “A plataforma econômica do novo governo é o que ditará o ritmo dos investimentos em 2019”, destaca Branco.

“Precisamos ter uma definição de como irão se comportar as linhas privadas de financiamento, as políticas de atração de investimento, inclusive de capital internacional, para avaliar melhor as perspectivas para o próximo ano”, completa o especialista da CNI.

Por fim, Balistiero reforça que a sinalização do ajuste fiscal será chave para gerar confiança empresarial. “A reforma fiscal será capaz de criar cenário econômico mais favorável.”

## **'Brasil vai sofrer bullying de Trump', diz americano James Bacchus**

04/10/2018 – Fonte: Tribuna PR

Depois de negociar com México e Canadá, o presidente Donald Trump está convencido de que sua estratégia de fazer bullying com seus parceiros comerciais funciona e o Brasil pode ser o próximo na lista. Quem diz isso é de um dos nomes mais respeitados do comércio internacional, o americano James Bacchus.

Ex-deputado pelo Partido Democrata, Bacchus assumiu o cargo de juiz do Órgão de Apelação da Organização Mundial do Comércio (OMC) nos anos 90. Em 2001, ele se tornou o primeiro americano a ocupar o cargo máximo e presidir o que viria a ser uma espécie de Supremo Tribunal do comércio mundial.

### **País duro**

Em entrevista ao Estado, Bacchus comentou o comportamento de Trump que, na última segunda-feira, 1, criticou a relação comercial com o Brasil e Índia. “O Brasil é outro caso. É uma beleza. Eles cobram de nós o que querem”, disse Trump. “Se você perguntar a algumas empresas, eles dizem que o Brasil está entre os mais duros do mundo, talvez o mais duro. E nós não os chamamos e dizemos ‘você está tratando nossas empresas injustamente, tratando nosso país injustamente’, afirmou o presidente americano.

“Ele (Trump) agora quer fazer bullying com eles também”, disse o ex-juiz, em uma referência ao Brasil e Índia. “Ele está sinalizando que fará isso com outros e eles (Brasil e Índia) serão os próximos”, disse.

Na OMC, o órgão que era presidido por Bacchus está sendo também alvo de ataques por parte dos americanos. Desde o ano passado, a Casa Branca tem impedido a nomeação de juizes para a corte suprema, levando o órgão a ver uma redução do número de seus membros. De sete juizes, a entidade agora conta com apenas três e, em 2019, poderia deixar de funcionar.

“A questão toda aqui é a deferência que os americanos queriam receber da OMC”, disse Bacchus. “Setores americanos que não conseguiam competir no mercado internacional tentaram obter essa situação. Mas não tiveram sucesso. Nenhum outro país da OMC aceitou dar esses privilégios aos americanos”, constatou. “Os EUA não são os únicos no mundo. Acredito que é um país excepcional e estou lutando para recuperá-lo. Mas não somos os únicos povos do mundo”, disse.

### **Brasileiro quer usar crítica para conter barreiras**

04/10/2018 – Fonte: Tribuna PR

Exportadores de frutas do Brasil querem usar o questionamento feito pelo presidente Donald Trump para negociar com os EUA a queda de barreiras que ainda existem contra produtos nacionais. O presidente da Associação Brasileira dos Produtores Exportadores de Frutas (Abrafrutas), Luiz Roberto Barcelos, afirma que vai pedir ao Itamaraty para incluir o acesso ao mercado americano para frutas brasileiras na agenda de um eventual debate com Trump.

Na segunda-feira, 1, Trump criticou a relação comercial com o Brasil e Índia. Para o setor exportador brasileiro, se as críticas de Trump resultarem em uma eventual pressão do governo americano por renegociar as tarifas entre os dois países, a agenda do diálogo bilateral terá de incluir um debate sobre as barreiras aos produtos nacionais. No caso das frutas, o mercado americano consome apenas US\$ 50 milhões em exportações brasileiras, de um total de US\$ 840 milhões em vendas de frutas nacionais para o mundo.

De acordo com ele, barreiras no setor de mamão, manga, produtos cítricos e as taxas de importação de 28% sobre o melão estão entre os principais problemas no mercado americano. “Essa pode ser uma boa oportunidade para falar das barreiras que sofremos”, disse Barcelos, considerado como o maior exportador de melão de mundo e com uma produção em 11 mil hectares.

Nos últimos anos, o Brasil se transformou no 3.º maior produtor de frutas do mundo, superado apenas por China e Índia. “Mas exportamos menos de 3% de nossa produção”, destacou o exportador.

Enquanto o Brasil espera chegar a quase US\$ 1 bilhão em vendas em 2018, as taxas mostram o Equador com exportações de US\$ 3,3 bilhões em frutas e o Chile com US\$ 4,5 bilhões. O caso que mais chama a atenção do setor privado brasileiro é o do Peru. “No ano 2000, o Brasil exportava US\$ 500 milhões em frutas e o Peru exportava US\$ 100 milhões”, disse Barcelos. “Hoje, o Brasil exporta US\$ 840 milhões e o Peru vende mais de US\$ 2,7 bilhões”, alertou.

Roberto Rodrigues, ex-ministro da Agricultura, também defende que uma eventual negociação com os americanos inclua as barreiras sofridas pelos produtos nacionais. “Esse pode ser uma oportunidade para falar desses temas”, declarou. Segundo ele, um projeto amplo foi desenvolvido pelo setor privado com recomendações para o próximo governo brasileiro e a negociação de um maior acesso aos produtos nacionais é uma das prioridades.



## Durante fórum da OMC, CNI discute acesso do Brasil a mercados externos

04/10/2018 – Fonte: CNI (publicado em 03-10-2018)

Gerente de Política Comercial da CNI apresenta 20 barreiras no exterior que prejudicam o comércio brasileiro. Entraves representam uma perda anual de 14% das exportações do país



Do total de barreiras identificadas no exterior, 17 são em membros do G20 – grupo que reúne as 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia

O Brasil perde anualmente cerca de 14% de suas exportações devido a barreiras técnicas e medidas sanitárias e fitossanitárias. Isso representou, em 2017, algo como US\$ 30,5 bilhões, segundo cálculo da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

As informações foram apresentadas pela gerente de Política Comercial da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Constanza Negri Biasutti, nesta terça-feira (2), durante o Fórum Público da Organização Mundial do Comércio de 2018, em Genebra. Ela traçou um panorama sobre as prioridades da indústria brasileira na agenda de barreiras e de acesso a mercados externos.

Levantamento da CNI, em parceria com associações e federações da indústria, já identificou 20 barreiras comerciais no exterior contra produtos brasileiros. Desse total, 17 são de membros do G20 – grupo que reúne as 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia.

Constanza explicou que essas barreiras foram inseridas no Sistema Eletrônico de Monitoramento de Barreiras (SEM Barreiras) do governo federal. Elas foram encontradas no Japão (4), União Europeia (2), Argentina (2), Estados Unidos (2), China (2), Nigéria (1), México (1), Alemanha (1), Índia (1), Equador (1), Bolívia (1) e Rússia (1).

A partir desse levantamento, que permanece em constante atualização, o setor privado pode trabalhar junto ao governo para buscar soluções para esse problema.

“Podemos encontrar uma solução para as barreiras de forma bilateral, regional ou multilateral, por meio de negociações, acordos e dentro da estrutura da OMC”, afirmou Constanza. “O Brasil tem avançado nessa frente, mas ainda é preciso ter uma estratégia mais ativa e sólida para derrubar as barreiras”, disse a gerente de Política Comercial da CNI.

**COALIZÃO** – Em agosto, a CNI lançou a Coalizão Empresarial para Facilitação de Comércio e Barreiras (CFB). Num cenário em que o Brasil enfrenta uma série de entraves para ampliar seu comércio exterior, a coalizão enfrenta, de um lado, problemas internos que prejudicam o comércio. De outro, gargalos no exterior que afetam as exportações brasileiras.

A coalizão reúne cerca de 80 representantes do setor industrial com o objetivo de promover melhorias na política comercial brasileira.

## **Riscos para a estabilidade do sistema financeiro permanecem baixos, diz BC**

04/10/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 03-10-2018)

O diretor de Fiscalização do Banco Central, Paulo Souza, afirmou nesta quarta-feira, 3, que os riscos para a estabilidade do sistema financeiro do Brasil permanecem baixos. Ele falou durante apresentação do "Relatório de Estabilidade Financeira", publicação semestral do BC sobre a saúde do sistema bancário brasileiro. "Eleições, agenda do novo governo e cenário internacional deverão dominar o debate sobre riscos à estabilidade financeira neste segundo semestre", disse ele em evento para apresentar o documento, que avalia os dados do primeiro semestre de 2018.

No primeiro semestre, Souza ressaltou que o crédito às famílias continuou crescendo, principalmente nas modalidades voltadas ao consumo, mas não há indícios, até o momento, de aumento no risco de crédito. Na pessoa jurídica, ele destacou que houve "ligeira redução dos ativos problemáticos das grandes empresas após três anos consecutivos de forte ascensão".

Com a redução do risco de crédito, e a consequente queda das despesas de provisão para devedores duvidosos, os ganhos de eficiência beneficiaram a rentabilidade dos bancos, ressaltou o executivo do BC. "O mercado continua confiando na capacidade de absorção de choques pelo sistema financeiro."

Souza ressaltou que os bancos mantêm nível de provisão adequado para os riscos de suas carteiras de crédito.

Ele apresentou as conclusões do relatório e destacou que todos os indicadores de capitalização dos bancos continuam "significativamente superiores" aos requeridos pelo BC. Além disso, ele ressaltou que o risco de liquidez no curto prazo é baixo e os resultados dos testes de estresse feitos pela instituição seguem atestando a resistência dos bancos aos vários cenários.

## **Guardia defende solução para crise fiscal em almoço com ministros do STF**

04/10/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 03-10-2018)

### ***Ministro da Fazenda foi ao tribunal a convite de Dias Toffoli***

O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, defendeu o teto de gastos e a reforma da Previdência em almoço com os ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) nesta quarta-feira (3).

O encontro aconteceu a convite do presidente do tribunal, Dias Toffoli. "Foi um convite para vir almoçar e falar de economia, dar a visão dos problemas, dos desafios pela frente", disse o ministro. "Foi um almoço com a presença de todos os ministros".



Eduardo Guardia, ministro da Fazenda - Rahel Patrasso/Xinhua

De acordo com Guardia, não foram tratados temas de interesse do ministério da Fazenda ou do reajuste salarial aprovado pelos ministros da corte, que têm impacto importante nas contas públicas. "O poder Judiciário está limitado ao teto de gastos, que coloca limite para os três poderes. Não cabe ao Executivo entrar no mérito do Judiciário", afirmou.

Guardia declarou que enfatizou, durante o almoço, a necessidade da reforma da Previdência.

"Falei da importância do processo de reformas, da continuidade desse processo para que possamos continuar em trajetória de crescimento", afirmou. "Fiquei muito honrado com o convite".

Para o ministro, o problema fiscal não é do próximo presidente, é do país. "Não é problema do próximo governo, é um problema do país, tem um problema fiscal grave, começando pela questão da Previdência", disse. "Nosso problema hoje é fiscal, e a questão central é a Previdência".

### **Bovespa cai mais de 1% após fortes altas nos últimos pregões**

04/10/2018 – Fonte: G1

***Na véspera, Ibovespa fechou em alta de 2,04%, acumulando alta de 5,91% em duas sessões.***

O principal índice da bolsa brasileira, a B3, opera em queda de mais de 1% nesta quinta-feira (4), com o mercado de olho no cenário eleitoral às vésperas do 1º turno e monitorando as pesquisas de intenção de voto para presidente.

Às 11h19, o Ibovespa caía 1,10%, a 82.356 pontos. Entre as maiores baixas do dia, Via Varejo caía mais de 5%, e Eletrobras recuava mais de 3%. Petrobras e Itaú tinham queda acima de 1%.

Na véspera, o índice fechou em alta de 2,04%, acumulando alta de 5,91% em duas sessões. No ano, a bolsa passou a ter ganhos de quase 9%. Apesar da recuperação, o Ibovespa ainda segue distante da máxima histórica registrada em 26 de fevereiro, quando encerrou a sessão aos 87.652 pontos.

A despeito de toda a incerteza em torno da corrida eleitoral e sobre o próximo governo, analistas afirmam que as perspectivas para o mercado de ações permanecem boas diante da previsão de taxa básica de juros ainda em níveis historicamente mais baixos (para o final de 2019 a previsão do mercado é de Selic a 8%) e de recuperação gradual da economia brasileira.

O interesse pela bolsa brasileira tem sido sustentado também pelos investidores estrangeiros, que respondem por cerca de metade do volume financeiro movimentado na B3. Em setembro, as entradas de capital externo (compras de ações) superaram as saídas (vendas de ações) em R\$ 3,28 bilhões. Em 2017, a injeção líquida de recursos por investidores estrangeiros foi de R\$ 14,6 bilhões, e na parcial de 2018 o saldo permanece positivo em R\$ 135 milhões.

### **Receita com ICMS cresce 3,6% acima da inflação no primeiro semestre**

04/10/2018 – Fonte: DCI (publicado em 03-10-2018)

Tendência é que arrecadação dos estados feche o ano com crescimento de até 4%, mesmo com projeção de queda na margem entre julho e agosto, em decorrência da greve e recuo na produção

A arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Bens e Serviços (ICMS) cresceu 3,6% acima da inflação no primeiro semestre de 2018, contra igual período de 2017. No total, os 26 estados brasileiros mais o Distrito Federal (DF) recolheram R\$ 227,4 bilhões nos seis meses deste ano.

Os dados são do portal Compara Brasil, com o Tesouro Nacional (STN). O professor de economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e especialista em contas públicas, Istvan Kasznar, afirma que, na margem (mês contra mês imediatamente anterior), a tendência é que a receita estadual tenha registrado queda em julho, agosto e setembro, refletindo ainda a greve dos caminhoneiros (em meados de maio), a queda na produção industrial e incertezas eleitorais.

Contudo, o especialista prevê que, diante de uma margem de expectativa de expansão do Produto Interno Bruto (PIB) entre 0,8% e 1,4% em 2018, espera-se um crescimento de 3% a 4% na arrecadação de ICMS este ano. Em 2017, a receita do tributo avançou 3% frente a um aumento da atividade econômica de 1%.

“Eu diria que teremos um ligeiro crescimento da arrecadação do ICMS. Não se compara à expectativa do início do ano de um aumento de cerca de 6% na receita estadual, mas podemos dizer que há sim uma retomada da circulação de mercadorias”, comenta Kasznar.

“O aumento da arrecadação no primeiro semestre foi muito positivo e possibilitou com que os governos estaduais tivessem um pouco menos de pressão nas suas contas. Contudo, os fatos gerados em julho, agosto e setembro foram negativos em decorrência dos efeitos da greve dos caminhoneiros e de uma retração da produção industrial”, destaca o professor da FGV.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que a produção industrial apresentou queda, na margem, nos meses de julho (-0,2%) e agosto (-0,3%).

Kasznar lembra que o período eleitoral também contribuiu para um arrefecimento da atividade no período. Segundo ele, no entanto, os últimos meses do ano serão mais positivos, devido ao final do período eleitoral e, principalmente, às bonificações de fim de ano, como recebimento do décimo terceiro salário.

O coordenador de graduação da Fundação Instituto de Administração (FIA), Rodolfo Olivo, reforça que a tendência até o final do ano é de uma “leve” melhora na arrecadação do ICMS, cenário possibilitado pela redução da taxa básica de juros (Selic) e por uma tímida queda da taxa de desemprego e retomada da atividade das empresas no País.

“Já a trajetória da receita estadual em 2019 dependerá da confiança dos empresários no resultado das urnas. As empresas estão com capacidade ociosa elevada e, portanto, têm espaço para crescer sem necessitar de grandes investimentos. Contudo, a credibilidade no novo governo irá pesar”, reforça Olivo.

### **Difícil mudança**

Para todos os especialistas entrevistados pelo DCI, uma reforma tributária ampla em todo o País, como uma unificação dos tributos em um único Imposto sobre Valor Agregado (IVA) encontrará dificuldades para ser realizada, principalmente no curto prazo, ou seja, ao longo de 2019.

O economista do Conselho Federal de Economia (Cofecon), José Luiz Pagnussat, afirma que o problema fiscal e a polarização política no País criam um cenário desfavorável para mudanças tributárias.

“Qualquer reforma [tributária] é muito difícil de ser aprovada no Congresso. Na teoria, todo mundo quer, mas, na prática, a União não quer abrir mão de receita, nem os estados e municípios querem ceder”, comenta Pagnussat. “Além disso, é pouco provável que se mexa nisso [nos tributos] antes de se fazer um ajuste fiscal”, acrescenta.

Durante o primeiro semestre, somente quatro estados registraram queda real na arrecadação de ICMS (com desconto inflacionário), contra igual período de 2017. Foram eles: Rio Grande do Sul (-2,3%, para R\$ 16 bilhões); Paraná (-7%, para R\$ 14,7 bilhões); Maranhão (-0,26%, para R\$ 3 bilhões) e Pará (-0,06%, para R\$ 5 bilhões).

No estado de São Paulo (unidade da federação que mais arrecada), a receita oriunda da circulação de bens e serviços avançou 3,84%, para R\$ 67 bilhões no primeiro semestre de 2018.

Depois de São Paulo, a unidade da federação (UF) com o maior montante de recursos de ICMS é Minas Gerais. Até junho, a UF recolheu R\$ 23,6 bilhões, o que representou uma expansão de 6,4%, ante iguais meses de 2017. Já no Rio de Janeiro, a receita cresceu 7%, para R\$ 18 bilhões.

### **Receita Federal irá notificar contribuintes sobre DIRPF**

04/10/2018 – Fonte: DCI (publicado em 03-10-2018)

A Receita Federal iniciou uma ação para estimular os contribuintes a verificarem o processamento de suas Declarações de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (DIRPF) e providenciarem correção, se necessário.

A partir da primeira semana de outubro, a Receita Federal enviará cartas a cerca de 383 mil contribuintes em todo o País, cujas DIRPF apresentam indícios de inconsistências que podem resultar em autuações futuras.

De acordo com comunicado do fisco, as cartas somente são enviadas a contribuintes que podem se autorregularizar, isto é, contribuintes não intimados nem notificados pela Fiscalização da Receita Federal.

### **Índice de preços de Alimentos da FAO cai 1,4% em setembro ante agosto**

04/10/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Índice de Preços de Alimentos da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) alcançou média de 165,4 pontos em setembro de 2018, uma queda de 2,3 pontos (1,4%) em relação a agosto e cerca de 13 pontos (7,4%) em relação ao mesmo mês de 2017.

Conforme comunicado da FAO, divulgado nesta quinta-feira, 4, apenas o índice de preços do açúcar se valorizou em setembro, enquanto as cotações de outros subíndices, puxados pelos cereais, caíram em relação ao mês anterior.

O subíndice de preços dos Cereais registrou média de 164 pontos em setembro, um declínio de 4,7 pontos (2,8%) em relação ao mês anterior e de 12 pontos (8%) em relação ao mesmo mês do ano passado.

“Entre os principais cereais, a queda mais acentuada ocorreu nos preços do milho, que caíram em pelo menos 4% em relação a agosto, principalmente devido às expectativas de uma safra cheia nos Estados Unidos(EUA) e amplas perspectivas de oferta global”, diz a FAO.

As cotações do trigo, que subiram acentuadamente em agosto, também caíram em setembro, pressionadas pelas fortes vendas e embarques russos. Já os preços internacionais do arroz diminuíram, pelo terceiro mês consecutivo, embora a valorização do grão tailandês e as expectativas de vendas para as Filipinas tenham limitado o recuo para cerca de 1%.

De acordo com o levantamento mensal da FAO, o Índice de Preços do Óleo Vegetal registrou média de 134,9 pontos em setembro, uma queda de 3,2 pontos (ou 2,3%) em comparação com agosto, "caindo pelo oitavo mês consecutivo e atingindo a menor média mensal em três anos", salienta a organização.

Segundo a FAO, "o declínio em setembro foi impulsionado principalmente pelo enfraquecimento nas cotações dos óleos de palma. Os grandes estoques mantidos nos principais países exportadores continuaram pesando sobre os preços do óleo malaio, que registraram uma queda de 25% em relação ao mês correspondente do ano passado".

Quanto ao óleo de soja e ao óleo de canola, informa a FAO, a queda nos preços refletiu, em grande parte, a demanda moderada das importações globais. Enquanto o óleo de girassol teve suas cotações pressionadas pela chegada de insumos para a safra na região do Mar Negro.

Já o Índice de Preços da Carne da FAO apresentou média de 166,2 pontos em setembro, um leve recuo de 0,1 ponto ante valor revisado para agosto. Os preços internacionais de carne bovina e suína mantiveram-se praticamente estáveis, enquanto os da carne ovina e das aves aumentaram.

"Os valores da carne de ovelha aumentaram pelo quarto mês consecutivo, refletindo as contínuas limitações de oferta da Oceania e a forte demanda de importação da Ásia", explica a FAO.

No mesmo mês, a forte demanda em meio a restrições de oferta, principalmente no Brasil, contribuiu para a valorização dos preços de aves. Conforme a FAO, as amplas disponibilidades de exportação na Oceania e nos Estados Unidos pressionaram os preços da carne bovina. "Enquanto novos casos de peste suína africana (ASF, na sigla em inglês) e, conseqüentes, restrições de importação pesaram sobre as cotações da carne suína", acrescenta a organização.

No levantamento mensal da FAO, os preços de Laticínios tiveram média de 191,5 pontos em setembro, redução de 4,7 pontos (2,4%) em comparação com agosto, "marcando a tendência de queda pelo quarto mês consecutivo", ressalta a FAO.

O recuo é atribuído à desvalorização nos preços de manteiga, queijo e leite em pó integral. Entretanto, as perdas foram limitadas por uma leve recuperação nos preços do leite em pó desnatado.

"O potencial para disponibilidades de exportação muito maiores pesou sobre os preços internacionais de manteiga, queijo e leite em pó integral. Já os preços do leite em pó desnatado registraram recuperação intermitente em setembro, resultando em um ganho acumulado de 16,2% desde o início do ano, apoiado em grande parte pela maior demanda por leite em pó recém-fabricado", diz a organização.

A FAO calcula, ainda, que o subíndice de preço do Açúcar ficou em média em 161,4 pontos em setembro, uma alta de 4 pontos (2,6%) em relação ao mês anterior, mas recuo de 43% em relação ao mesmo mês do ano passado.

O incremento de setembro foi, em grande parte, impulsionado pelo andamento da colheita no Brasil, maior produtor e exportador de adoçante do mundo. "As condições críticas de seca no Brasil durante a estação de crescimento são consideradas como impactos negativos nos rendimentos da cana-de-açúcar, com volume cana colhida abaixo do esperado", explica a organização.

Além disso, a crescente preocupação com as perspectivas de safra na região do sul e sudeste asiático, notadamente na Índia e na Indonésia, devido às adversidades



climáticas, forneceu apoio adicional para o suporte das cotações internacionais de preços do açúcar.

## **Entrada de dólar supera saída em US\$ 18,040 bi no ano até setembro, diz BC**

04/10/2018 – Fonte: DCI (publicado em 03-10-2018)

Em igual período do ano passado, o resultado era positivo em US\$ 6,679 bilhões



A saída pelo canal financeiro neste ano até setembro foi de US\$ 19,003 bilhões. O fluxo cambial do ano até setembro ficou positivo em US\$ 18,040 bilhões, informou nesta quarta-feira, 3, o Banco Central. Em igual período do ano passado, o resultado era positivo em US\$ 6,679 bilhões.

A saída pelo canal financeiro neste ano até setembro foi de US\$ 19,003 bilhões. O resultado é fruto de aportes no valor de US\$ 371,534 bilhões e de envios no total de US\$ 390,537 bilhões.

O segmento reúne os investimentos estrangeiros diretos e em carteira, remessas de lucro e pagamento de juros, entre outras operações.

No comércio exterior, o saldo anual acumulado até setembro ficou positivo em US\$ 37,043 bilhões, com importações de US\$ 131,179 bilhões e exportações de US\$ 168,221 bilhões.

Nas exportações estão incluídos US\$ 26,672 bilhões em Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC), US\$ 51,216 bilhões em Pagamento Antecipado (PA) e US\$ 90,333 bilhões em outras entradas.

### **Setembro**

Depois de encerrar agosto com saídas líquidas de US\$ 4,250 bilhões, o País registrou fluxo cambial negativo de US\$ 6,138 bilhões em setembro, informou o Banco Central. O canal financeiro apresentou saídas líquidas de US\$ 6,734 bilhões no período. Isso é resultado de aportes no valor de US\$ 27,946 bilhões e de retiradas no total de US\$ 34,680 bilhões.

No comércio exterior, o saldo de setembro é positivo em US\$ 596 milhões, com importações de US\$ 16,303 bilhões e exportações de US\$ 16,899 bilhões. Nas exportações, estão incluídos US\$ 2,125 bilhões em ACC, US\$ 6,867 bilhões em PA e US\$ 7,807 bilhões em outras entradas.

### **Semana**

O fluxo cambial registrado na semana de 24 a 28 de setembro ficou negativo em US\$ 2,735 bilhões, informou o Banco Central.

O canal financeiro apresentou saída líquida de US\$ 2,839 bilhões, resultado de aportes no valor de US\$ 8,493 bilhões e de envios no total de US\$ 11,332 bilhões.

No comércio exterior, o saldo na semana passada ficou positivo em US\$ 104 milhões, com importações de US\$ 4,749 bilhões e exportações de US\$ 4,853 bilhões. Nas exportações, estão incluídos US\$ 711 milhões em ACC, US\$ 1,467 bilhão em PA e US\$ 2,675 bilhões em outras entradas.

## **Veja as medidas que elevam a conta de luz**

04/10/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 03-10-2018)

### ***Relembre medidas que provocaram alta no preço da energia e decisões que podem elevar conta ainda mais***

O aumento na conta de luz nos últimos meses foi sentido por consumidores de todo o país. Em São Paulo, por exemplo, o reajuste aprovado pela Eletropaulo em agosto foi de 15,84%. No Rio de Janeiro, as contas também tiveram alta na casa dos dois dígitos.

Para agravar a situação, os consumidores têm pagado as chamadas bandeiras tarifárias nos últimos meses, situação que deverá se prolongar, pelo menos, até novembro.

Esse aumento é resultado de diversos fatores, e decisões do governo podem elevar o preço ainda mais no futuro. Veja algumas medidas que impactaram e que podem afetar sua conta de luz.

#### **1. Seca prolongada**

Os reservatórios de água do país passam por um período de seca. Em dois cenários traçados pela ONS (Operadora Nacional do Sistema Elétrico), a situação é pior do que em 2014, quando o país viveu a pior crise hídrica em 20 anos.

Quando isso ocorre, as usinas hidrelétricas geram menos energia, e o governo precisa acionar usinas termelétricas para compensar, o que significa um custo extra.

Esse gasto adicional vem nas chamadas bandeiras tarifárias, que são adicionais na conta de luz para pagar essas termelétricas.

Só que a seca tem sido tão grave que essa renda não tem sido suficiente para remunerar as distribuidoras de energia (que contratam os geradores de energia). É por isso que os últimos reajustes têm sido tão altos.

#### **2. Crise na Venezuela**

Pode parecer estranho, mas a crise venezuelana também impacta na conta de luz de todos brasileiros.

O motivo é que o estado de Roraima depende de energia importada do país vizinho, mas vem sofrendo com apagões causados pela crise econômica. Além disso, a Venezuela ameaça cortar o suprimento ao estado devido a um imbróglio no pagamento da energia.

Para proteger o abastecimento no estado, a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) vai acionar usinas térmicas no estado de Roraima, para que ele tenha uma geração própria.

A conta, de R\$ 406 milhões até o fim deste ano, será paga pelos consumidores de energia de todo o país. Em 2019, essa conta pode chegar a R\$ 1,2 bilhão.

#### **3. Privatização da Eletrobras**

A venda das distribuidoras da Eletrobras pode provocar aumento na conta de luz. Isso porque, para viabilizar a venda de uma delas, a Amazonas Energia, o governo tenta aprovar um projeto de lei que transfere aos consumidores o pagamento de dívidas bilionárias das empresas.

O impacto na conta de luz pode ser de R\$ 5 bilhões, segundo a Abrace, uma associação que representa grandes consumidores industriais.

Além disso, a Eletrobras cobra que o governo arque com os custos das distribuidoras dos últimos meses.

A razão é que a concessão das empresas já venceu, ou seja, as distribuidoras que a Eletrobras tenta vender não precisariam mais oferecer o serviço. No entanto, continuam operando, enquanto os leilões de privatização não são concluídos, para evitar um corte de luz nos estados.

A transferência desses custos da Eletrobras para o governo pode acarretar em mais R\$ 11 bilhões para serem pagos pelos consumidores.

#### **4. Pagamento extra a empresas geradoras**

O governo quer elevar o pagamento a três usinas térmicas movidas a gás natural, para viabilizar seu acionamento e preservar os reservatórios hídricos.

O governo planeja aumentar a remuneração às empresas que controlam as usinas, além de outras medidas para favorecer sua operação, para que elas possam ser novamente contratadas.

Esse pagamento será repassado à conta de luz. Além disso, há o caso da usina nuclear de Angra 3, cujas obras estão paralisadas. Uma medida avaliada pelo governo para atrair investidores privados e concluir a obra bilionária é aumentar o preço pago pela energia gerada, tornando o empreendimento mais atrativo (segundo alguns analistas, sem isso, ele fica inviável).

Esse preço mais caro seria pago, novamente, pelos consumidores.

#### **5. Leilão de térmicas**

Além disso, o Ministério de Minas e Energia estuda realizar um leilão para contratar novas usinas térmicas movidas a gás natural na região Nordeste.

O impacto na conta de luz é estimado em R\$ 2 bilhões pela Abrace. Além disso, o leilão sofre críticas de alguns especialistas, que questionam a falta de estudos para a construção de novas usinas e o fato de ser um certame apenas para a região Nordeste, o que contraria o sistema interligado que sempre predominou no Brasil.

É importante lembrar que há também algumas medidas em curso para tentar reduzir a conta de luz.

Uma delas é a revisão de subsídios que estão pegos pelo consumidor. Entre os favorecidos pelos encargos estão produtores rurais, empresas que prestam serviços públicos de saneamento e consumidores de baixa renda, que recebem tarifas sociais, mais reduzidas.

Outros grandes beneficiários são as empresas de energias renováveis, como eólica e solar. Esses empreendedores recebem uma série de isenções de taxas, que são pagas por todos os consumidores.

### **Honda se une a GM e Cruise para desenvolver veículos autônomos**

04/10/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 03-10-2018)

#### **Montadora vai investir US\$ 2 bilhões durante 12 anos em projeto**

O grupo automobilístico japonês Honda vai unir forças com a General Motors e sua subsidiária em tecnologia Cruise para desenvolver e fabricar veículos autônomos em grande escala –anunciaram as empresas nesta quarta-feira (3).

A Honda vai investir US\$ 2 bilhões (R\$ 7,7 bilhões) durante 12 anos neste projeto comum e terá uma participação na Cruise de até US\$ 750 milhões (R\$ 2,8 bilhões). "É o passo lógico na relação da General Motors e da Honda, dado nosso trabalho conjunto em carros elétricos e nossa estreita integração com a Cruise", disse a presidente da GM, Mary Barra, em um comunicado.

As principais fabricantes e empresas de tecnologia lutam para desenvolver veículos realmente autônomos, vistos pela indústria como o futuro da mobilidade.

"A Honda escolheu trabalhar com a Cruise e a General Motors, devido a sua liderança na tecnologia de veículos autônomos e elétricos e nossa visão comum de um mundo com zero emissões (de poluentes) e zero colisões", explicou o diretor da Honda, Seiji Kuraishi.

Cruise afirma que está testando veículos sem condutor em estradas dos estados americanos de Arizona, Califórnia e Michigan, "nas situações de direção mais desafiadoras e imprevisíveis".

A empresa tem uma instalação de pesquisa e desenvolvimento em San Francisco, na qual a GM investiu US\$ 14 milhões (R\$ 53,9 milhões) até agora.

"Juntos, podemos dar à Cruise o melhor design do mundo, a perícia em engenharia e em fabricação, bem como a dimensão global para torná-lo líder na tecnologia de veículos autônomos, enquanto o lançamento de carros sem motoristas avança em larga escala", disse Barra.

### **"Por que a CNH Industrial está apostando no motor híbrido elétrico com gás**

04/10/2018 – Fonte: Gazeta do Povo (publicado em 03-10-2018)

Empresa já utiliza tecnologia em ônibus de transporte coletivo na China

A eletrificação é um caminho sem volta para o setor de veículos automotores, mas o caminho até o abandono completo dos combustíveis fósseis passa por um modelo de transição. Esta é a crença que motivou a CNH Industrial a apostar suas fichas em um motor híbrido elétrico e a gás natural. O modelo já é utilizado em larga escala em ônibus urbanos na China. Mas a expectativa em torno da sua popularização na América Latina (em especial no Brasil) é alta.

Desenvolvido pela FPT (divisão de peças da CNH), o motor possui um sistema elétrico (o Elfa e-drive, da Siemens) que, sozinho, consegue gerar energia o suficiente para mover o veículo. É diferente dos modelos flex, em que há uma alternância de combustíveis (entre etanol e gasolina, por exemplo). Neste caso, o Gás Natural é utilizado para carregar a bateria.

Desta forma, não há necessidade de "plugar" o veículo na tomada para carregá-lo utilizando a eletricidade da rede. Essa é uma das grandes vantagens do modelo, na avaliação da CNH.

"Uma discussão que permeia os elétricos é saber de onde vem esta energia. Até a geração de hidrelétricas é um pouco complicada, porque às vezes é preciso cobrir áreas que têm vegetações e você não consegue transportar aquele ecossistema para outro lugar", pondera Gustavo Teixeira, da CNH Industrial. É comum ver casos, como na Europa, em que carros com energia "limpa" são abastecidos em redes elétricas que utilizam a queima de carvão, por exemplo.

O motor da FPT Industrial (denominado F1C) pode ser abastecido com gás natural comprimido (GNC), gás natural liquefeito (GNL) e biometano. A companhia estima que a emissão de gás carbônico pode ser reduzida em até 30%.

O gás armazenado no motor funciona como uma mini-geradora. Ele entra em ação para alimentar a bateria. Quando a carga está completa, o gás desliga — e volta a operar se o nível elétrico fica baixo. Sem necessidade de qualquer tipo de acionamento por parte do motorista ou operador da máquina.

O motor pode ser utilizado em qualquer uma das frentes da CNH Industrial, que inclui ônibus e caminhões (produzidos pela Iveco), máquinas agrícolas e de construção civil (das marcas Case e New Holland).

A primeira implantação massiva foi no transporte público, na China. Em parte pelo ruído — são mais silenciosos do que os motores a combustão —, mas também por questões de saúde, já que reduz a emissão de gases nas grandes cidades, onde está concentrada boa parte da população que hoje enfrenta problemas diretos e indiretos por conta da poluição.

A CNH vê a eletrificação como um “caminho sem volta”, mas que pode ocorrer de diferentes maneiras. “A chave é o balanço. A eletrificação completa é a solução? Pode ser. Mas em um mercado que trabalha 24 horas por dia, 365 dias por ano, com a máquina no limite, será que o melhor é a eletrificação completa?”

Aí entram soluções híbridas. E é preciso balanceamento”, avalia Sergio Soares, diretor de engenharia agrícola da CNH Industrial. Soares falou sobre o tema no 1.º Innovation Day da empresa, realizado em Sorocaba (SP). Acompanhe este assunto pelo Messenger

Ainda não há utilização comercial de veículos com os motores híbridos F1C no Brasil. É um passo que depende, em parte, da própria demanda dos clientes, segundo a CNH Industrial.

No entanto, a empresa já trabalha com motores movidos a biometano, que dispensam o uso do diesel. Em especial na agricultura, onde há uma produção de biogás mais consolidada.

Em geral os clientes que optam por este sistema já produzem biogás na propriedade a partir de decomposição de vegetais, como cana-de-açúcar, ou de restos de animais.

Este gás precisa ser trabalhado, antes de ser liberado na atmosfera, e uma opção é colocar em um biodigestor para produzir o biometano — que pode ser utilizado como combustível do motor ou ser vendido para a rede.

Transporte coletivo

No segmento de transporte coletivo, outras empresas já atuam no país com ônibus híbrido. A Volvo utiliza os híbridos em parte da frota de Curitiba desde 2012. São veículos que funcionam em uma combinação de dois motores, um elétrico e outro a diesel.

Recentemente a equipe brasileira da Volkswagen anunciou, em Hannover, na Alemanha, o ônibus Volksbus e-Flex. É um híbrido que pode rodar de três formas: como veículo 100% elétrico, com baterias; como um híbrido elétrico a gasolina ou etanol; e como híbrido elétrico com plug-in, em que o motor elétrico tem maior autonomia.”

### **Jipinho T-Cross, da Volkswagen, passa por seu primeiro teste no Brasil**

04/10/2018 – Fonte: Bem Paraná (publicado em 03-10-2018)

A Volkswagen promoveu nesta quarta-feira (3) o primeiro teste do utilitário compacto T-Cross no Brasil. O jipinho trazia camuflagem leve e acabamento ainda incompleto. Os representantes da marca se apressavam em explicar que se tratava de uma versão

pré-série. Havia apenas um carro disponível para avaliação, equipado com motor 1.4 turbo flex (150 cv).

Em duas voltas no autódromo da Fazenda Capuava, em Vinhedo (a 79 km de São Paulo), foi possível perceber que as boas características do modelo avaliado na Alemanha, em julho, foram mantidas. O jipinho é silencioso e ágil.

Mesmo tendo partes provisórias no interior, foi possível perceber que o acabamento será um pouco mais caprichado do que o encontrado no hatch Polo e no sedã Virtus. Isso não quer dizer que haja luxo: o novo utilitário vai manter a simplicidade da família.

Os bancos do carro avaliado eram forrados de tecido cinza. A Volks não revelou qual versão foi avaliada, nem quantas estarão disponíveis a partir do primeiro trimestre de 2019, quando o carro chegará às lojas.

O motorista tem à disposição volante com regulagem de altura e de profundidade. A posição ao volante lembra a encontrada no SUV Volkswagen Tiguan, que é maior.

Pablo Di Si, presidente da Volkswagen no Brasil e na América Latina, faz questão de destacar os pontos em que a versão nacional supera a alemã. Ele mostra as duas entradas USB para os passageiros do banco de trás e o teto solar, exclusivos do modelo que será produzido no Paraná.

O executivo lembra ainda que a distância entre-eixos é mais longa no T-Cross brasileiro. Isso representa ganho de espaço para quem viaja atrás: os joelhos ficam distantes dos encostos frontais.

O porta-malas tem capacidade para até 42 litros. Essa marca é obtida quando os bancos traseiros estão com o encosto mais reto –é possível recliná-lo um pouco para aumentar o conforto, o que diminui em 47 litros o espaço para bagagens.

Com 4,20 metros de comprimento, o T-Cross nacional é maior que o Citroën C4 Cactus (4,17 m) e menor que o Hyundai Creta (4,27 m).

Todas as versões do jipinho urbano da Volkswagen serão equipadas com seis airbags e controles de tração e de estabilidade.

Além da versão 1.4 turbo, haverá também modelos equipados com o motor 1.0 TSI flex, com três cilindros e 128 cv de potência.

As versões mais caras serão equipadas com LEDs nos facho alto e baixo dos faróis. Os preços devem ficar entre R\$ 80 mil e R\$ 100 mil.

### **Preço médio da gasolina nas refinarias é mantido em R\$ 2,2159 nesta sexta-feira**

04/10/2018 – Fonte: Bem Paraná (publicado em 03-10-2018)

A Petrobras manteve inalterado em R\$ 2,2159 o preço médio do litro da gasolina A sem tributo nas refinarias, válido para esta sexta-feira, dia 5. O valor permanece o mesmo pelo sétimo dia consecutivo.

O preço do diesel permanece em R\$ 2,3606 nesta sexta, conforme tabela disponível no site da empresa. No último dia 30, a estatal petrolífera elevou a diesel em 2,8% devido aos novos valores dos preços de referência para o terceiro período da terceira fase de subvenção ao diesel, que vai até 29 de outubro.



No dia 6 de setembro, a diretoria da companhia anunciou que além dos reajustes diários da gasolina, terá a opção de utilizar um mecanismo de proteção (hedge) complementar.

## **Aston Martin é avaliada em US\$ 5,6 bilhões ao entrar na bolsa**

04/10/2018 – Fonte: G1 (publicado em 03-10-2018)

### ***Famosa por carros nos filmes de James Bond, montadora britânica de esportivos de luxo começou a vender ações nesta quarta.***

A fabricante britânica de carros esportivos **Aston Martin**, famosa pelos filmes do agente James Bond, anunciou que foi avaliada em 4,33 bilhões de libras (US\$ 5,6 bilhões) em sua **entrada na bolsa**, nesta quarta-feira (3) em Londres.

O grupo anunciou em um comunicado que o preço de entrada na Bolsa foi estabelecido em 19 libras por ação, ou seja, no centro da margem prevista (entre 17,50 e 22,50 libras).

Trinta minutos depois da abertura, no entanto, as ações operavam em queda de 4,21%, a 18,20 libras, o que pode indicar que "foi estabelecido um preço muito elevado", de acordo com Michael Hewson, analista da CMC Markets.

A montadora britânica de automóveis de luxo disponibilizou 25% de seu capital ao mercado.

### **Momento importante**

A operação, uma das mais esperadas do ano em Londres, é a mais importante no setor automotivo desde que a italiana Ferrari entrou para Wall Street em 2015.

"A entrada na Bolsa representa uma etapa histórica para a Aston Martin e estamos satisfeitos de ver a boa recepção que tivemos dos investidores de todo o mundo", comemorou Andy Palmer, CEO da empresa.

A operação prevê a venda de ações de seus principais proprietários: o fundo italiano Investindustrial, os investidores kuwaitianos Adeem Investments e a empresa de investimentos Primewagon.

A montadora alemã Daimler, que possui 4,9% do capital, conserva toda sua participação e se comprometeu a não vendê-la durante pelo menos um ano a partir da entrada da Aston Martin na Bolsa.

Depois de enfrentar dificuldades financeiras no início da década, a Aston Martin voltou a registrar resultados positivos em 2017, o que não acontecia desde 2010.

Fundado em 1913 por dois sócios em Londres, o grupo Aston Martin prestígio ao começar a participar muito rapidamente de competições automobilísticas.

### **Histórias nos filmes do 007**

O prestígio da marca aumentou graças aos filmes do agente James Bond, nos quais Sean Connery (Goldfinger, 1964) ou Daniel Craig (Spectre, 2015), por exemplo, dirigiram modelos Aston Martin.

Seus automóveis são fabricados exclusivamente na Inglaterra, em Gaydon, sua sede, e em outras duas unidades.

A empresa pretende abrir uma nova fábrica no País de Gales no primeiro semestre de 2019.

## Volkswagen mostra T-Cross em testes no Brasil

04/10/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 03-10-2018)



### **Fabricante adianta mais algumas informações sobre o SUV compacto que só começa a ser vendido no início de 2019**

Dentro da estratégia já largamente adotada de lançar um carro em pílulas, desta vez a **Volkswagen** divulgou fotos do **T-Cross rodando em testes no Brasil**. Segundo a fabricante, está “em fase final de testes” o SUV compacto que começa a ser produzido comercialmente em São José dos Pinhais (PR) no início de 2019. Depois de mostrar rascunhos do design do carro em agosto passado (leia mais **aqui**), agora foi a vez de revelar algumas informações técnicas, como dimensões, motorização, sistema de infoentretenimento e dispositivos de segurança.

O T-Cross é a carroceria SUV da plataforma modular MQB compacta (alguns chamam de MQB-A) que chegou ao Brasil no ano passado com o hatch Polo e, logo depois, no sedã Virtus, ambos fabricados na planta Anchieta, em São Bernardo do Campo (SP). Será o primeiro utilitário esportivo nacional da marca – que promete lançar cinco SUVs por aqui até 2020, o primeiro deles o importado Tiguan Allspace já lançado este ano.

A fábrica da Volkswagen no Paraná recebe R\$ 2 bilhões em investimentos para produzir o T-Cross. Já foram iniciados os testes de produção, mas o lançamento no mercado brasileiro está previsto até o fim do primeiro trimestre de 2019, quando todas as concessionárias da marca terão o carro para vender.

A Volkswagen afirma que o T-Cross terá o maior entre-eixo da concorrência entre SUVs compactos no País, com 2,65 m – quase a mesma medida do irmão sedã Virtus e 9 cm mais longo que o irmão europeu e o hatch Polo, todos derivados da mesma família MQB-A. Com isso, garante bom espaço interno para até cinco ocupantes. O comprimento total do T-Cross é de quase 4,2 m, com 1,57 m de altura (10 cm mais alto que o europeu). A capacidade do porta-malas é variável entre 373 e 420 litros, dependendo da posição do banco traseiro.

A fabricante também confirmou duas opções de motores bicombustível etanol-gasolina, ambos turbinados e com injeção direta de combustível, fabricados em São Carlos (SP): o 1.0 200 TSI Total Flex de até 128 cv e o 1.4 250 TSI Total Flex de até 150 cv. Ambos deverão ser combinados ao já bastante popular câmbio automático de seis velocidades da japonesa Aisin, ainda importado.



O T-Cross terá versões com faróis halógenos ou full-LED, mas ambas terão iluminação de condução diurna em LED – no primeiro caso integrada no módulo dos faróis de neblina ou acima na carcaça do farol.

Como derivado da plataforma MQB, o T-Cross também compartilha toda a arquitetura eletroeletrônica, por isso vai oferecer as mesmas opções de infoentretenimento, conectividade e interfaces. Por exemplo, assim como Polo e Virtus, terá como opcional nas versões de topo o quadro de instrumentos totalmente digital "Active Info Display".

Também terá à disposição o sistema de multimídia com tela sensível ao toque de 8 polegadas. Quatro entradas USB (duas na frente, duas atrás) garantem conexão e energia para os smartphones. Outro opcional é o sistema de travamento e partida "Kessy", por aproximação, sem chave.

Além de sensores dianteiro e traseiro para estacionamento, o T-Cross também poderá ser equipado com o sistema "Park Assist 3.0", que permite o estacionamento autônomo em vagas paralelas e transversais – e agora com a função de freio de manobra.

Entre os sistemas de segurança ativa, a Volkswagen informa que todas as versões do SUV serão equipadas com ESC (controle eletrônico de estabilidade), frenagem automática pós-colisão e detector de fadiga (alerta a perda de concentração do motorista e recomenda uma pausa para descanso).

### **Fenabreve refaz projeções e prevê vendas de veículos ainda maiores em 2018**

04/10/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 03-10-2018)

#### **Entidade agora espera volume 13% maior do que em 2017; previsão anterior apontava crescimento de 10%**

Após registrar mais um desempenho positivo das **vendas de veículos** no acumulado até setembro, a Fenabreve, entidade que representa as concessionárias, revisa suas projeções para 2018 – a quarta para o ano – e agora prevê um crescimento de 13% do volume de emplacamentos para o período na comparação com o ano passado.

Na projeção anterior, divulgada em julho, o setor esperava alta de 10,3% das vendas para o ano. Em sua nova previsão divulgada na terça-feira, 2, a entidade elevou os índices de todos os segmentos, tanto de leves quanto pesados.

Com isso, é esperada a venda de 2,52 milhões de veículos em 2018, considerando os emplacamentos de automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus: na projeção anterior, feita em julho, a estimativa da entidade apontava para a venda de 2,46 milhões de veículos em 2018.

Para lembrar, em 2017 foram licenciadas 2,23 milhões de unidades. Se a projeção atual for confirmada, este será o segundo ano consecutivo de crescimento das vendas do setor após quatro anos de queda do mercado.

***"Com a volatilidade ao longo do ano e o impacto das eleições, reavaliamos nossos números com perspectiva positiva", afirma o presidente da Fenabreve, Alarico Assumpção Júnior.***

Todos os segmentos deverão crescer neste ano, aponta a Fenabreve. Segundo Assumpção, o índice de confiança atual do consumidor é "extremamente positivo", o que beneficia o setor de automóveis e comerciais leves.

"Eu sempre digo que o que vende automóvel é juro barato: a baixa taxa de juros e também da inflação são pontos favoráveis que vêm sendo percebidos desde o segundo semestre do ano passado, fatores que ajudaram na alavancagem positiva do setor desde então", disse o executivo.

As novas projeções da Fenabrave apontam que no segmento de veículos leves haverá aumento de 11,9% das vendas em 2018 sobre o ano passado, para pouco mais de 2,43 milhões de unidades, na soma de automóveis e comerciais leves.

Por categoria, as vendas de automóveis deverão crescer 12% neste ano na comparação com 2017 e atingir o volume de 2,07 milhões de unidades. Antes, a entidade havia projetado aumento de 9,9%, para pouco mais de 2,03 milhões.

Por sua vez, para os comerciais leves a projeção de alta das vendas para 2018 passou de 8,7% para 11,2% - sempre considerando a previsão anterior, divulgada em julho, com a previsão atual divulgada nesta data. Com isso, as concessionárias, que esperavam um mercado de 343,4 mil unidades, agora vislumbram volume de 351,2 mil.

Contudo, o segmento pesado é quem deverá puxar a alta geral esperada para o setor neste ano: segundo a Fenabrave, a soma das vendas de caminhões e ônibus deverão superar os 90,5 mil em 2018, um aumento de 34,8% sobre o resultado do ano passado, quando foram emplacados 67,1 mil veículos pesados.

Deste total previsto para o ano, 71,9 mil serão caminhões, o que representa alta de 38,2% sobre o volume de 2017. Em sua projeção anterior, era esperada a venda de 65 mil caminhões, o que representaria incremento de 24,8%.

“A necessidade de renovação da frota e a super safra têm ajudado a alavancar os resultados de caminhões neste ano, que está sendo puxado pelos pesados e extrapesados”, lembra Alarico.

Já no segmento de ônibus, a previsão virou: antes, a entidade esperava uma queda das vendas em 4,1% com pouco mais de 14,4 mil unidades; com a nova previsão, os números apontam para o licenciamento de mais de 18,6 mil ônibus até dezembro, o que representará, se confirmado, uma alta de 23,2%.

“Houve esse ajuste de crescimento da previsão devido a recuperação do programa Caminho da Escola e também do mercado de ônibus rodoviários, que está se antecipando à nova regulamentação de acessibilidade”, explica Alarico.

O executivo comenta que embora ainda não haja uma projeção definida para 2019, a entidade acredita que a tendência de crescimento das vendas deverá se manter também para o que vem.

## Arteb vê aumento crescente do uso de LED no Brasil

04/10/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 03-10-2018)



### Empresa aposta em aumento contínuo nos próximos anos a partir de novos projetos de montadoras

Novos projetos de montadoras de veículos têm impulsionado significativamente o uso de tecnologias em **LED** no Brasil. A **Arteb**, especialista em sistemas de iluminação para o setor, vê essa tendência cada vez maior para os próximos anos com base em sua própria atuação: entre os lançamentos mais recentes, participa como fornecedora dos novos VW Polo e Virtus, Toyota Etios 2019 nas versões hatch e sedan, Hyundai HB20 Unique 2019 e novo Ford Ka FreeStyle 2019 versões hatch e sedã.

Em alguns lançamentos previstos para 2019, a empresa possui contratos firmados e também para outros projetos que devem despontar nos próximos anos.

Segundo o vice-presidente da Arteb, Edson Brasil, a expectativa é que os faróis full led entrem com força cada vez maior no mercado local. "A Arteb é preparada para atender a demanda: somos uma empresa brasileira que investe em novas tecnologias, incluindo parceiros na Ásia, Europa e Estados Unidos para o desenvolvimento dessas soluções."

Também tem ampliado seu portfólio para crescer no mercado de reposição, onde também atua. "São duas frentes importantes e que, juntas, conseguem oferecer um bom resultado para a companhia. A área comercial do aftermarket foi reestruturada para justamente podermos entender as necessidades do mercado e, assim, oferecer os produtos de maior demanda", explica o executivo.

A empresa possui duas unidades no País: o complexo industrial em São Bernardo do Campo (SP), onde estão localizados a matriz, centro tecnológico, duas plantas e a Arteb Tech, que desenvolve itens eletrônicos, e a segunda em Camaçari (BA), próximo ao complexo industrial da Ford.

### **Renault mostra Kwid 100% elétrico em Paris**

04/10/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 03-10-2018)



O **Renault Kwid** terá uma versão **100% elétrica** chamada K-ZE. Com 250 quilômetros de autonomia, ele começa a ser vendido na China a partir de 2019. A nova opção foi mostrada no Salão de Paris, que ocorre até o dia 14. O carro terá duplo sistema de recarga, compatível com tomadas domésticas e com a infraestrutura pública.

A produção chinesa será entregue à e-GT New Energy Automotive Co, joint venture criada com o Grupo Dongfeng Motor e a Nissan para desenvolver e produzir veículos elétricos competitivos para o mercado chinês. A nova opção é parte do plano estratégico Renault Drive the Future.

***"O K-ZE reúne o melhor do Grupo Renault: nossa liderança em veículos elétricos, expertise em veículos acessíveis e capacidade de estabelecer parcerias", afirma o presidente do Grupo Renault, Carlos Ghosn.***

Também como parte do Drive the Future a Renault lançará em 2020 versões híbridas de seus três carros mais vendidos, o Clio, o Captur e o Mégane. Ainda não há planos para a versão elétrica do Kwid no Brasil.



## **Crise argentina afeta exportações de veículos e produção brasileira despencou em setembro**

04/10/2018 – Fonte: Folha de S.Paulo

### ***Associação das montadoras prevê redução de 8,6% nas vendas para o exterior neste ano***

A produção brasileira de veículos caiu 23,5% em setembro puxada pela crise argentina que afetou as exportações ao país, informou nesta quinta-feira (4) a Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores).

Segundo Antonio Megale, presidente da Anfavea, a indústria se prepara para um novo ciclo, com queda na produção e redução de envios de veículos ao exterior. Com isso, a Anfavea prevê redução de 8,6% nas exportações neste ano.

As exportações para a Argentina representavam cerca de 75% do total no setor automotivo. Em setembro, essa participação caiu para 50%. As vendas de veículos no mercado interno argentino caíram cerca de 35% na comparação entre os meses de setembro de 2018 e de 2017.

"Esperamos que as medidas que o governo de lá está tomando permitam à Argentina equacionar as suas dificuldades. Isso é muito importante para nós no Brasil", disse Megale.

Por conta da crise no país vizinho, as montadoras buscam alternativas, disse o executivo, que também disse acreditar que a conclusão dos ajustes no acordo comercial entre Estados Unidos, México e Canadá tende a melhorar o envio de carros para o mercado mexicano.

A alta do dólar também não trouxe benefícios às exportações, ainda segundo Megale. "A pior coisa no dólar é a volatilidade. Trouxe alguma preocupação na importação de peças e não teve um grande impacto positivo nas exportações."



Associação das montadoras prevê redução de 8,6% nas vendas para o exterior neste ano - Chris Ratcliffe/Bloomberg

Sobre as vendas deste ano, a expectativa da associação é que as eleições não impacte esse número. "Qualquer que seja o candidato que ganhe a eleição, nós vamos vender 2,5 milhões de veículos neste ano. Essa é a nossa projeção".

Para compensar as perdas com exportações, o mercado interno precisa manter a tendência de alta. Hoje, as empresas praticamente zeraram as políticas de proteção ao emprego, com os funcionários retornando às linhas de montagem. Boa parte desse movimento de retomada se deve aos bons números do setor de exportações em 2017 e no início de 2018.

Contudo, as vendas no mercado nacional dependem da oferta de crédito.



Hoje, sete dos dez automóveis mais vendidos custam menos de R\$ 50 mil e atendem a um público mais dependente de linhas de financiamento, que, nos últimos anos, teve dificuldade em aprovar suas fichas junto aos bancos.

O presidente da Anfavea está otimista quanto à manutenção da oferta de crédito no setor automotivo.

“Estão acontecendo vários movimentos. A inadimplência caiu muito, e a oferta de crédito em outras áreas, como o setor imobiliário, caiu também. Isso tem feito os bancos olharem mais para o segmento automotivo, vejo um movimento positivo aí”, diz Megale.

Na comparação com setembro de 2017, a produção teve queda de 6,3%. Com o resultado, no acumulado de janeiro a setembro, o volume produzido alcançou 2,19 milhões de unidades, 10,5% acima do total montado no mesmo período do ano passado.

Os licenciamentos de veículos novos no mês passado caíram 14,2% ante agosto e avançaram 7,1% na comparação anual, para 213,3 mil unidades, segundo os dados da entidade. As vendas nos nove primeiros meses do ano somaram 1,85 milhão de veículos, 14% a mais que o registrado um ano antes.

As exportações de veículos e máquinas agrícolas em setembro somaram US\$ 990 milhões (R\$ 3,8 bilhões), queda de 23,6% ante agosto e de 28,6% sobre um ano antes.